

CURSOS SEQUENCIAIS:

**Uma Proposta Metodológica para a Mudança de
Paradigma nas
Universidades Brasileiras**

**Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-graduação em
Engenharia da Produção**

CURSOS SEQUENCIAIS:

**Uma Proposta Metodológica para a Mudança de Paradigma nas
Universidades Brasileiras**

Iêda Lúcia Inácio Rosa

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Engenharia de Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em Engenharia de Produção

Florianópolis - SC

2001

Iêda Lúcia Inácio Rosa

**Cursos Seqüenciais:
Uma Proposta Metodológica para a Mudança de Paradigma nas
Universidades Brasileiras**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de
Mestre em Engenharia de Produção no Programa de
Pós-graduação em Engenharia da Produção da
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 13 de fevereiro de 2001

Prof. Ricardo Miranda Barcia, PhD
Coordenador do curso de Pós-graduação em Engenharia de Produção.

Banca Examinadora:

Prof. Fernando Álvaro Ostuni Gauthier, Dr.
Orientador

Prof^a. Edis Mafra Lapolli, Dra

Prof^a. Ana Maria B. Franzoni, Dra

DEDICATÓRIA

À Mauro Cecilio, meu marido, que com sua paciência e seu amor caminhou sempre ao meu lado e proporcionou-me a segurança para trilhar meus próprios caminhos.

À minha família e amigos, que conviveram de perto com minhas angústias e alegrias na execução deste trabalho, ajudando-me a superar, às vezes, a falta de paciência, pelo amor e respeito recíprocos.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e amigo Gilmar Camargo de Almeida, pela confiança em mim depositada.

A Mestre, Professora e Amiga Maria Adelaide de Faria Chagas Ribeiro, pela inestimável ajuda com suas críticas, sugestões, elaboração e estruturação do presente trabalho.

Ao meus filhos, pelo carinho, apoio e compreensão, em toda esta jornada.

A administradora Maria Alice Inácio Rosa, minha irmã, pela enorme incentivo e apoio nas minhas pesquisas.

A Maria Cristina Roza da Costa, minha irmã, pelos conhecimentos, incentivos e conselhos nos momentos mais difíceis deste trabalho.

Ao professor Fernando A. O. Gauthier, meu orientador, que nos meus momentos de angústia e desespero soube estar presente e demonstrar seu apoio.

A professora Luciana Fleischhaur, pelo carinho e dedicação.

Aos colegas do Curso de Mestrado, pela convivência e compartilhamento de experiências.

A todas as pessoas que contribuíram de forma direta ou indireta, com incentivos e ações para a elaboração do presente trabalho.

“O inesperado é a melhor fonte de inspiração.”

Peter Drucker.

“A diferença competitiva não está em decidir o que fazer, mas em como fazer.”

Larry Bossidy

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	ix
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO.....	xi
ABSTRACT.....	xii
1 Introdução.....	1
1.1 Origem do trabalho.....	1
1.2 Objetivos.....	3
1.2.1 Geral.....	3
1.2.2 Específicos.....	3
1.3 Motivação e Justificativa.....	4
1.4 Estrutura do Trabalho.....	9
2 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS.....	13
2.1 Considerações Iniciais.....	13
2.2 Ensino Britânico.....	13
2.3 Sistema Educacional Francês.....	20
2.4 Ensino Alemão.....	28
2.5 Sistema Educacional dos Estados Unidos.....	34
2.6 Conclusão.....	42

3 OS CURSOS SEQUENCIAIS NO BRASIL.....	43
3.1 Considerações Iniciais	43
3.2 A idealização dos cursos seqüenciais.....	44
3.3 Análise da educação brasileira e o surgimento dos cursos seqüenciais.....	45
3.4 Visão geral da legislação brasileira.....	50
3.5 Cursos seqüenciais no Brasil.....	58
3.6 O planejamento e implantação de cursos seqüenciais pelas universidades públicas brasileiras.....	60
3.7 Conclusão.....	63
4 DIRETRIZES BÁSICAS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM CURSO SEQUENCIAL DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA NO BRASIL	65
4.1 Considerações Iniciais.....	65
4.2 A estrutura dos cursos seqüenciais.....	65
4.3 O curso.....	67
4.4 Proposta pedagógica.....	69
4.5 Perfil dos alunos.....	75
4.6 Planejamento do currículo.....	76
4.7 Avaliação.....	78
4.8 Conclusão.....	82
5 PROPOSTA PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM CURSO SEQUENCIAL.....	83
5.1 Considerações Iniciais.....	83
5.2 Antecedentes do modelo proposto.....	83
5.3 Modelo para implantação do curso seqüencial de formação específica.....	85
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	96
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	106

8 ANEXOS..... 111

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2.2	Comparação de Equivalência dos Sistemas de Ensino do Brasil e da Grã- Bretanha	19
QUADRO 2.3	Comparação de Equivalência dos Sistemas de Ensino do Brasil e da França.....	27
QUADRO 2.4	Comparação da Equivalência dos Sistemas de Ensino do Brasil e da Alemanha	33
QUADRO 2.5	A Estrutura Educacional dos Estados Unidos e do Brasil.....	41
QUADRO 3.1	Síntese da Lei 9394/96 da Lei de Diretrizes e Bases.....	57
QUADRO 4.1	Proposta Pedagógica das Habilidades Exigidas nos Cursos Seqüenciais.....	74

LISTA DE SIGLAS

ANPEd-	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CDL -	Clube de Diretores Lojistas
CES -	Câmara de Educação Superior
CNE -	Conselho Nacional de Educação
ICBEU-	Instituto Brasileiro Brasil- Estados Unidos
IMIH-	Instituto Metodista Izabela Hendrix
MEC -	Ministério da Educação e Cultura
PUC/MG-	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SESu -	Secretaria de Ensino Superior
SES -	Secretaria de Educação Superior
SEBRAE-	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UFMG -	Universidade Federal de Minas Gerais
UFOP-	Universidade Federal de Ouro Preto

RESUMO

ROSA, Iêda Lúcia Inácio. Cursos Seqüenciais: Uma proposta metodológica para a mudança de paradigma nas universidades brasileiras. Florianópolis, 2001. 110 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2001.

O trabalho descreve, identifica e analisa as diferentes concepções de cursos superiores de curta duração, tanto no Brasil quanto no exterior. Apresenta as exigências do mercado para demonstrar a real necessidade de sua implantação no Brasil como forma de alavancar as qualificações das pessoas para o mercado de trabalho. Apresenta, também, uma proposta metodológica, assim como propõe a elaboração de um curso seqüencial de formação específica para um segmento de mercado. Embora proposto para uma realidade específica, o modelo pode servir à discussão e como referencial para trabalhos semelhantes em outros segmentos.

Palavras-chave: cursos seqüenciais, experiências internacionais, legislação, universidades brasileiras

ABSTRACT

ROSA, Iêda Lúcia Inácio. Cursos Seqüenciais: Uma proposta metodológica para a mudança de paradigma nas universidades brasileiras. Florianópolis, 2001. 110 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2001.

This work describes, identify and analyze the different conceptions of the two-year college courses in Brazil and abroad. It presents the market demands to demonstrate the necessity of its implementation in Brazil as a way to entrance the qualification of the people in the market place. It also presents a new methodology, as well as a new two-year college course to a specific market segment. Although crested for a specific reality, this model can be used for a discussion and as reference to similar works in others segments.

Key-word: two-year college courses, international experience, legislation, Brazilian universities.

1 INTRODUÇÃO

1. 1 Origem do Trabalho

Melhorar a educação e criar oportunidades reais de trabalho para aqueles que estão ingressando nas escolas universitárias, têm sido a preocupação do governo e o anseio dos estudantes em geral. A preocupação por melhorar a educação se acentua, principalmente, pelo fato das empresas terem necessidade de contar em seus quadros, com pessoas qualificadas, capazes de apresentar respostas aos desafios que surgem a todo momento no mundo globalizado. Dentro dessa perspectiva, destaca-se o trabalho de MACHADO (1994), defendendo que a formação profissional deve permitir o aprender a aprender, com sólida formação básica integrada à formação técnica e geral, como fator de mudança e flexibilidade do trabalho, ou seja, novas formas de trabalho influenciando as novas formas de educação.

Segundo estatísticas divulgadas pela Revista Educação (1998), atualmente no Brasil, apenas 11% da população de 18 a 24 anos está na faculdade e 64% dos jovens que se formam no ensino médio não pretendem seguir a graduação

tradicional. Segundo dados do próprio MEC, foi então implantada uma nova categoria de cursos superiores – os cursos seqüenciais.

Os cursos seqüenciais, distintos dos cursos de graduação, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, previstos no artigo 44 da LDB 9394/96 que rege a educação brasileira, oferecem fortes indícios da flexibilização do ensino superior. Estes cursos que só seriam ministrados por instituições de ensino, estão sujeitos a processos de autorização e reconhecimento do MEC e, só poderão ser ministrados por instituições que tenham um ou mais cursos de graduação reconhecidos.

1 . 2 Objetivos

1. 2. 1 Geral

O objetivo geral deste trabalho é identificar, descrever e analisar as diversas concepções dadas aos cursos seqüenciais, conforme previstos na Lei de Diretrizes e Bases n.º 9394/ 96, e propor a implantação de um curso seqüencial como forma de alavancar as qualificações das pessoas para o mercado de trabalho.

1. 2. 2 Específicos

Como objetivos específicos tem-se:

- descrever as formas de cursos seqüenciais existentes nos Estados Unidos e Europa que possam se adequar ao modelo brasileiro;
- descrever as principais definições e implantações de cursos seqüenciais existentes no Brasil;
- identificar, conhecer e entender as implicações dos cursos seqüenciais no mercado de trabalho;
- elaborar uma proposta metodológica para a sua implantação;
- propor a elaboração de um curso seqüencial – formação específica.

1. 3 Motivação e Justificativa

No Brasil, apenas 11% da população de 18 a 24 anos está na faculdade, e 64% dos jovens que se formam no ensino médio não pretendem seguir a graduação tradicional, ou por acharem que os cursos de graduação não os prepara para o mercado de trabalho ou por necessidades de aprimoramento dos próprios cursos, segundo dados do MEC, publicados pela REVISTA EDUCAÇÃO (1998). Surge daí, a oportunidade de se estudar os cursos seqüenciais – modalidade de nível superior de curta duração para a formação específica – previstos na LDB.

Ultimamente tem-se falado muito em flexibilizar relações econômicas, flexibilização organizacional, flexibilidade do trabalho, etc.. Flexibilizar tornou-se uma necessidade gerada pela aceleração do ritmo das mudanças, principalmente no campo das ciências e tecnologias. E no Brasil, tem-se assistido o incremento que esta flexibilização, através da nova LDB, propiciando ao sistema educacional do país: (1) implantação dos cursos seqüenciais e, (2) as escolas abertas e o ensino à distância.

Nesta perspectiva, Levy (1997), propõe três grandes reformas nos sistemas de educação e de formação:

-“aprendizagem cooperativa –(...) fornecendo ao mesmo tempo aprendizados personalizados e a aprendizagem cooperativa em

rede. O professor torna-se um animador de inteligência coletiva, ao invés de ser um fornecedor de conhecimentos;

- reconhecimento dos saberes –(...) reconhecimento do conjunto dos saberes que as pessoas possuem, incluindo aí os saberes não acadêmicos;

- as ferramentas da informática-(...) permitindo considerar vastos sistemas de testes automatizados acessíveis a todo momento e redes de transação entre oferta e demanda de competência.(...) as universidades do futuro contribuiriam na animação de uma nova economia do conhecimento”.

No contexto atual, qual é a chave para o desenvolvimento profissional, pessoal e tecnológico? Observando o passado, “a grande maioria das pessoas via, pelo menos em termos convencionais, a sua profissão como uma escada. O jovem, ao ingressar no mercado de trabalho, deveria procurar a sua escada e, ao encontrá-la, deveria ir subindo cada degrau, assumindo níveis mais altos de responsabilidade, de status ou de salário” (Evans,1996.p.16). Hoje, no entanto, as profissões mudam rapidamente. No cenário competitivo, as pessoas são valorizadas (remuneradas) pelas suas habilidades, pelo seu conjunto de competências. As relações de trabalho e o próprio papel do trabalho na sociedade têm mudado rapidamente e isto leva as pessoas a desenvolverem mais funções e se aperfeiçoarem cada vez mais.

“A (re)qualificação profissional faz-se urgente, não só por motivos individuais que levam à auto-realização, mas, também porque o desenvolvimento tecnológico exige mão-de-obra capaz de incorporar as mudanças rapidamente, e de gerar inovações,(.....) ou se fará presente um contingente muito grande de graduados excluídos por lhes faltar a formação profissional adequada”

(Niskier, 1999:26).

Dessa forma as instituições de ensino superior, habilitadas a divulgarem conhecimentos nas diversas áreas do saber, são as mais indicadas para inovar no desenvolvimento de currículos e programas alternativos de qualidade em todas as etapas de ensino.

Os cursos seqüenciais, nível superior, conforme previstos em lei, permitem atender a demandas e interesses de diferentes segmentos da sociedade, a fim de preencher as lacunas deixadas pelo sistema de formação educacional tradicional. Cabe agora, rever os currículos existentes nas instituições de ensino superior e levantar as áreas que mais se comprometem com esta estrutura rígida e procurar formar cursos rápidos, voltados para conteúdos bem definidos, com formação geral sólida, a fim de manejar conceitos e desenvolver pensamentos abstratos, aprimorando, desta maneira, o conhecimento específico.

Uma das propostas dos cursos seqüenciais está voltada para atrair o estudante egresso do ensino médio (2º grau) que quer aperfeiçoar-se em uma universidade para ter uma profissão, a intenção é formar especialistas em uma área específica.

Assim, os cursos seqüenciais devem ser feitos sob medida para quem deseja entrar rapidamente no mercado de trabalho ou mesmo aperfeiçoar conhecimentos nas áreas de interesse. Em dois anos, no máximo, o aluno poderá ter o diploma de ensino superior de formação específica ou um certificado de conclusão, com tempo de integralização definido pela própria instituição de ensino e pelo interesse do aluno. E se, por acaso, o mercado de trabalho passar a exigir profissionais com outra formação, ele poderá fazer um novo curso seqüencial. Percebe-se assim, que a afinidade com o mercado de trabalho é a principal característica dos cursos seqüenciais.

Partindo da premissa de Rifkin (1995) que são os recursos humanos de uma nação que promovem o seu desenvolvimento econômico e social, o Brasil precisa desenvolver o seu sistema educacional. Na realidade, segundo Rifkin (op.cit.) o êxito do esforço no sentido do desenvolvimento, depende muito de uma ampla estrutura voltada para a educação, pois a elevação do nível cultural, tanto geral quanto específico da população, permitirá a abertura de novos horizontes, aumentando a capacidade de absorção das inovações do trabalho e das tecnológicas, facilitando, assim, decisões mais racionais em benefício da própria sociedade.

Os cursos seqüenciais são uma alternativa, no sentido de atender as aspirações da população, tendo como referência a qualidade de vida da sociedade brasileira e por perspectiva a contribuição para o desenvolvimento sustentável da nação.

1. 4 Estrutura do Trabalho

Este item enfoca os aspectos que nortearam o presente trabalho, visando uma proposta para a mudança de paradigma nas universidades brasileiras.

O motivo da proposição de um modelo de cursos seqüenciais decorreu do processo de mudança na legislação educacional, iniciado pela LDB 9394/96 (Brasil,1996), e implantado em algumas universidades e renegado em outras. Aliado a isto, há também os efeitos das novas formas de trabalho influenciando as formas de educação.

No presente trabalho o método utilizado é a pesquisa descritiva, que consiste na observação, análise e correlação de fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. A pesquisa descritiva pode assumir diversas formas. Optou-se pelo estudo exploratório, que restringe-se “(...) a definir objetivos e buscar maiores informações sobre determinado assunto de estudo. Tais estudos têm por objetivo familiarizar-se com o fenômeno ou obter nova percepção do mesmo e descobrir novas idéias. (...) é recomendável o estudo exploratório quando há poucos conhecimentos sobre o problema a ser estudado” (Cervo e Bervian, 1983: 55-56).

Na presente pesquisa foram utilizados vários recursos técnicos: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a técnica de benchmarking e a entrevista semi estruturada.

A pesquisa bibliográfica abrange bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo e tem por objetivo permitir ao cientista “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”, propiciando, assim, o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem (Trujillo, apud Lakatos e Marconi, 1991:183).

A pesquisa documental, realizada no MEC e nos consulados Britânico, Francês, Alemão e dos Estados Unidos, é a caracterizada por Lakatos e Marconi (1991:174) como a fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, sendo que esta pode ser feita no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois.

A técnica de benchmarking “é a atividade de comparar um processo com os líderes reconhecidos, inclusive de outros ramos, para identificar as oportunidades de melhoria da qualidade (Takashina e Flores, 1996:37). Em outras palavras, o benchmarking se constitui em um instrumento para a obtenção de informações com a finalidade de comparação dos fatos ou fenômenos que agregarão valor à qualidade na tomada de decisões, que consiste em estudar o que há de melhor no mercado, aprender com quem faz melhor e produzir algo no mesmo nível ou ainda superior ao que existe de mais completo (Marketing & Negócios, 19...).

A entrevista foi realizada na UFOP, SEBRAE-MG e no CDL-MG. E, segundo Lakatos e Marconi (1991) é uma conversação entre duas pessoas, de

natureza profissional e efetuada face a face, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, cujo conteúdo pode apresentar objetivos de: averiguação de fatos; determinação das opiniões sobre os fatos; determinação de sentimentos; descoberta de planos de ação, conduta atual ou do passado; e motivos conscientes para opiniões, sentimentos, sistemas ou condutas.

Diante do exposto, a partir da revisão das informações disponíveis na literatura e na realidade educacional, o presente trabalho pretende, além de disponibilizar um modelo alternativo para a educação, com novas buscas conceituais, técnicas e práticas, contribuir e servir à discussão, ao aperfeiçoamento e/ou a construção de novos modelos educacionais que possam atender às exigências e ao caráter contingencial da atualidade.

Para a realização do presente estudo, foi realizada uma pesquisa documental no MEC e consulados, sobre as experiências internacionais descritas no Capítulo 2. O Capítulo 3 foi desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica e entrevistas semi estruturadas com representantes da UFOP, SEBRAE/MG, CDL/MG e aborda a idealização dos cursos seqüenciais pelo senador Darci Ribeiro, a análise da educação brasileira e o surgimento dos cursos seqüenciais, a visão geral da legislação brasileira, os cursos seqüenciais no Brasil, o planejamento e implantação pelas universidades brasileiras. As diretrizes básicas e passos para a implantação de curso seqüencial de formação específica no Brasil, constam do Capítulo 4. O

Capítulo 5 apresenta a proposta para a implantação de um modelo de curso seqüencial de formação específica em “Gestão de Micro e Pequenas Empresas”. O Capítulo 6 tece as conclusões e as recomendações para trabalhos futuros. Posteriormente, são apresentadas as Referências Bibliográficas e os Anexos.

Os resultados da presente pesquisa foram analisados qualitativamente, tendo por base o referencial teórico aqui utilizado.

2 EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS

2.1 Considerações iniciais

A análise de algumas das maiores e mais tradicionais universidades que tem programas de Educação Profissional contribui para um referencial teórico e operacional, onde estão apresentadas num panorama para destacar as várias formas possíveis de atuação em diferentes contextos. O contato com outras experiências permite a visão de procedimentos e técnicas que, com certeza, criam atalhos e indicam caminhos que podem ser considerados quanto à viabilidade de implantação no Brasil.

O presente capítulo apresenta as formas de cursos de curta duração, de nível superior, existentes na Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos.

2.2 Ensino Britânico

Todas as partes da Grã –Bretanha: Inglaterra, Escócia, Países de Gales e Irlanda do Norte, mantêm, em linhas gerais, a mesma estrutura de

ensino e tipos de instituições educacionais. E, devido à crescente demanda pela educação, as instituições de ensino estão se expandindo rapidamente.

O sistema de ensino britânico é complexo, de reputação internacional e vem sendo desenvolvido há centenas de anos. A principal característica é a estrutura de qualificação, a partir dos 16 anos, que inclui:

- A-level – requisito mais comum, exigido pelas faculdades e universidades britânicas, após o estudo de duas ou três matérias relacionadas com o curso de graduação que se pretende seguir, que duram, normalmente, dois anos, e, em seguida,
- a admissão em uma instituição de ensino avançado ou superior.

Há dois tipos de instituição de ensino superior, que são:

- universidades, com poder de conferir seus próprios diplomas em todos os níveis de estudos (graduação, pós-graduação, incluindo pesquisa e diplomas de pós- doutorado); e
- faculdades ou institutos de ensino superior (também conhecidos como *colleges* do setor universitário), alguns deles conferindo seus próprios diplomas, mas a maioria fazendo isso através de uma universidade.

A expansão do ensino britânico proporcionou uma diversificação muito grande em seu sistema, onde é possível estudar em profundidade um determinado assunto.

Nos últimos anos, a graduação através de módulos tem-se tornado mais popular, o que permite aos estudantes optarem por este tipo de estudo, com duração de um ou mais semestres, além de acumularem créditos para a graduação tradicional. Muitos estudantes freqüentam diversos módulos para depois concluírem uma faculdade que complementem os seus estudos.

Há vários cursos e em diferentes níveis no sistema educacional britânico, tais como:

- cursos vocacionais;
- cursos profissionalizantes;
- HND – *Higher National Diploma*
- cursos de graduação;

O Ensino Avançado (*Further Education*) é educação complementar – vocacional ou profissionalizante – a partir dos 16 anos, equivalente a algo entre um curso de segundo grau profissionalizante e a universidade. Os cursos têm duração e nível variáveis, de um a 3 anos, podendo iniciar-se a partir do segundo ano do segundo grau (brasileiro) e com a possibilidade de se atingir o equivalente ao segundo ano da universidade. O currículo é estabelecido de acordo com as necessidades da indústria, comércio, serviços e demais setores produtivos que absorvem a mão-de-obra.

As instituições de ensino que oferecem estes tipos de cursos são:

- instituições de ensino profissionalizante; faculdades de tecnologia; escolas técnicas, comerciais ou escolas de arte; e
- públicas (a maioria) ou particulares.

Um curso de 2 anos numa instituição de ensino vocacional ou profissionalizante permite a transferência direta para o segundo ano de uma universidade correlacionada, sendo a graduação realizada em 4 anos (cursos universitários na Grã-Bretanha duram em média 3 anos).

As matérias estudadas nesses cursos, abrangem áreas bem específicas como Agricultura, *Catering* (gerência de alimentos e bebidas), Finanças, Administração de Empresas, Comunicação, Ciência e Tecnologia, Secretariado, Engenharia, Informática, Artes Plásticas, Música, Saúde e Puericultura, dentre outros.

Os HND – Higher National Diploma (estágio 1), normalmente têm duração de dois anos e, após ter cursado, pelo menos, 08 (oito) módulos básicos, em regime de tempo integral, nas áreas científica, técnica e de negócios. No final do curso, há a possibilidade de transferência para um curso de graduação correspondente e, após um ano de estudo, a obtenção de um diploma de bacharel.

As matérias a serem estudadas podem ser:

- vocacionais (graduação vocacional) – medicina, engenharia , direito, etc.;

- acadêmicas – filosofia, literatura, história, etc.

Na Grã- Bretanha, os diplomas de graduação são divididos da seguinte forma:

- “*Diploma of Higher Education*”- além dos 08 (oito) módulos anteriores do estágio 1 , o aluno concluir mais 08 (oito) módulos;
- “*Degree*”- o estágio 1 mais uma série de 12 (doze) módulos;
- “*Honours Degree*”- o estágio 1 mais 16 (dezesseis) módulos.

Estes diplomas significam que mesmo que o estudante não termine um curso de graduação completo, ele poderá sair da universidade com algum tipo de certificado que lhe garantirá algum lugar no mercado de trabalho, embora este sistema não seja uniforme, pode variar de instituição para instituição , ele é bem aceito no mercado de trabalho.

E, finalmente, os diplomas de graduação são classificados da seguinte maneira:

- *first-class degree* – diploma de primeira classe;
- *upper second class degree* – diploma de segunda classe, superior;
- *lower second class degree* – diploma de segunda classe, inferior;
- *third-class degree* – diploma de terceira classe; e
- *pass* – aprovação.

Esta classificação varia de curso para curso, principalmente em se tratando de cursos de artes que conta com exibição teatral ou de criação de telas como critérios de avaliação. Mas, a classificação é utilizada para o prosseguimento do estudante nos cursos de pós-graduação, embora não haja um critério absoluto que determine a continuidade dos estudos. Geralmente, os estudantes com diplomas de graduação bem classificados podem prosseguir para um curso de pós-graduação ou graduação mais elevado, a não ser que sua trajetória profissional tenha preenchido o seu currículo de tal forma que este estudante seja aceito em algum programa de pós-graduação.

O quadro 2.2, a seguir, ilustra o sistema em uso, salienta-se que não se trata de uma declaração definitiva da equivalência entre os níveis educacionais brasileiros e britânicos.

Quadro 2.2 Comparação de Equivalência dos Sistemas de Ensino do Brasil e da Grã-Bretanha

Série	Sistema Brasileiro		Idade	Sistema Britânico
	Doutorado – 04 anos		26	Doutorado – 03 anos Mestrado – 01 ano
			25	
	Mestrado – 02 anos		24	
	Graduação 04 a 06 anos		23	Graduação 03 a 05 anos (vários níveis de graduação)
			22	
			21	
			20	
			19	
			18	
	3º	3º cient.	Cursos Técnicos	17
2º	2º cient.	16		
1º	1º cient.	15		GCSE Cert. Geral de Educação Secundária Curso Secundário 05 anos Curso Primário 06 anos
8º	Primeiro Grau 08 anos		14	
7º			13	
6º			12	
5º			11	
4º			10	
3º			9	
2º			8	
1º			7	
	PRÉ – ESCOLA Até 05 anos (opcional)		6	MATERNAL JARDIM DE INFÂNCIA Até 03 anos
			5	
			4	
			3	
			2	

Fonte: www.studybritain.org.br , 1999

2.3 Sistema Educacional Francês

O sistema educacional francês, do maternal ao ensino superior, sem esquecer a educação continuada, é bem flexível de modo a adaptar, melhorar e encorajar o sucesso do maior número possível de estudantes.

Os alunos franceses entram em uma universidade após a realização de um vestibular que é um certificado obtido após 12 (doze) anos de formação inicial.

A França mantém um complexo sistema educacional dividido em 3 grandes grupos, 1º grau, 2º grau e universidade conforme os sistemas educacionais brasileiros, a saber:

1º Grau : - classes maternas – até os 5 (cinco) anos;

- ensino elementar – correspondendo a 1 (um) ano de curso preparatório,
- 2 (dois) anos de curso elementar e 2 (dois) anos de curso médio.

2º Grau : - subdividido em:

- 1º ciclo : com mais 4 (quatro) séries do curso médio (ensino geral) ou 2 (duas) séries de curso médio e 2 (duas) séries de curso técnico em Centros de Estudos Profissionalizantes. Ao final do 1º ciclo existe um exame final para ambas as possibilidades de estudos – geral ou profissionalizantes;

- 2º ciclo: o ensino geral é concluído com mais quatro anos e no final o estudante presta um vestibular para o curso superior escolhido, ou ingressa em cursos técnicos que lhe permite prestar um exame final e adquirir um diploma técnico e depois fazer um vestibular para os cursos superiores profissionalizantes.

Ensino Superior se subdividem em estudos longos (as carreiras básicas ou tradicionais) e os estudos curtos (as carreiras diretamente ligadas ao mercado de trabalho).

Cursos de Longa Duração- Os cursos de longa duração podem ser agrupados em: formações de saúde, formações literárias, escolas especializadas e as grandes escolas.

As Formações de Saúde, se destinam a estudantes que obtiveram um 2º grau com nível elevado. São concluídos em 5 (cinco) anos ou mais e compreendem a medicina, odontologia e farmácia.

Os cursos de Formação Literária (*série littéraire*) são organizados em 3 (três) ciclos de estudos sucessivos, onde cada situação confirma um

diploma, que permite a cada estudante realizar um currículo adaptado a seus objetivos.

O 1º ciclo chamado de Diploma de Estudos Universitários Gerais – DEUG – é de formação mais generalista e que tem duração de 2 (dois) anos.

O 2º ciclo aprofunda a formação anterior concedendo mais dois diplomas: - Licença (*licence*) – que se prepara com mais um ano após o DEUG e permite ter acesso às áreas administrativas e de ensino; - Habilitação (*maîtrise*)- também concedido após um ano da licença, com formação mais especializada e permite o acesso ao 3º ciclo.

O 3º ciclo – possibilita várias formações:– Diploma de Estudos Superiores Especializados - DESS – tem duração de 1(um) ano com finalidades profissionais; o Diploma de Estudos Superiores Aplicados - DEA - também com duração de 1(um) ano e que constitui a iniciação à pesquisa e a primeira fase dos estudos de doutorado.

As Escolas Especializadas , compõem os cursos de ciência da administração, ciências políticas e militares, que propõem cursos especializados de alto nível. A admissão é muito seletiva. Assim como as séries literárias, também estão estruturados em 3 ciclos.

As Grandes Escolas são destinadas aos melhores alunos das formações gerais. A vantagem é de um ensino de alta qualidade e bem aceito no mercado de trabalho nas artes, arquitetura, engenharia.

Cursos de Curta Duração – BTS, DUT, DEUST, CCI

Os cursos universitários de pequena duração (2 anos) possuem uma finalidade profissional. Eles especializam nas carreiras técnicas de acordo com os cursos profissionalizantes feitos, anteriormente, pelos estudantes.

O diploma de Brevê de Técnico Superior – BTS - e Diploma Universitário de Tecnologia – DUT - são muito bem aceitos no mercado de trabalho, oferecem estudos do ensino tecnológico superior, mas exibem algumas diferenças.

A patente de técnico superior, ou melhor, Brevê de Técnico Superior – **BTS** - é um diploma especializado que prepara os estudantes a dominarem as técnicas de um setor profissional e exercerem responsabilidade em funções superiores. O currículo é composto por 1/3 de ensino geral e 2/3 de ensinamentos profissionalizantes. A formação teórica e prática é completada por um estágio obrigatório da profissão.

Estes cursos são preparados nas Seções Técnicas Superiores - STS – das escolas públicas ou privadas. O acesso para as STS é reservado para os alunos aprovados em séries tecnológicas correspondentes, pois o ensino é orientado para uma profissão precisa e a passagem do 1º para o 2º ano se dá através de exames finais, portanto restrito a uma determinada

profissão. Os setores mais procurados são os de turismo – lazer, comércio internacional, hotelaria, artes aplicadas.

O Diploma Universitário de Tecnologia - **DUT** – engloba uma formação geral e tecnológica, de funções mais versáteis e generalista que o titular de um BTS, o que lhe torna suscetível a obter uma certa flexibilidade de ocupação nos empregos. Os programas de formação são concebidos de tal forma que tanto os alunos dos curso médio geral quanto os alunos dos cursos profissionalizantes o podem seguir, permitindo uma mistura de culturas.

O currículo é na proporção de 50-50 para os ensinios gerais e profissionalizantes. Os titulares de um DUT estão aptos a exercerem postos de trabalho que exigem mais compreensão, pesquisa e projeto, controle e análise como nas áreas de informação, comunicação, ciências sociais, técnicas de comercialização e administração de empresas.

Estes cursos são ministrados nos Institutos Universitários de Tecnologia - IUT - todos públicos, sendo a seleção severa na aprovação.

Os Diplomas de Estudos Universitários Científicos e Técnicas – **DEUST** – têm como propósito assegurar o treinamento de uma qualificação profissional superior, permitindo prosseguir os estudos após o 2º ciclo. Compreende um período de orientação comum com o DEUG e preserva a possibilidade de escolher a profissão até a saída deste período.

As Câmara de Comércio e Indústria - **CCI** – são regionais e administram escolas profissionalizantes cujo objetivo é a formação das qualificações em comércio, administração e tecnologia, tais como: agentes técnicos ou técnicos superiores.

Por fim, a organização dos estudos universitários de curta duração mantém a presença obrigatória em todos os cursos, trabalhos práticos, trabalhos dirigidos e estágios profissionais. A passagem do 1º ano para o 2º ano só através de exames e o diploma após obter notas e apreciação favorável.

As vantagens destes cursos de curta duração é que permitem a educação contínua, bem como a aquisição de especializações múltiplas, embora tais diplomas não sejam reconhecidos em todos os países da união européia.

O quadro 2.3, a seguir, compara o sistema educacional em uso, porém não definitiva entre os dois países – Brasil e França.

Significado das siglas constantes no quadro 2.3:

CFA – Centro de Formação de Aprendiz

CPA – Classe Preparatória de Aprendizagem

CPPN – Classe Pré- Profissional de Nível

CAP – Certificado de Aptidão Profissional

BT- Brevê (Diploma) Técnico

BTn- Vestibular (*baccalauréat*) Técnico

BTS – Brevê (Diploma) de Técnico Superior

DUT – Diploma Universitário Técnico

IUT- Instituto Universitário Tecnológico

STS – Seção Técnica Superior

DEUG - Diploma de Estudos Universitários Gerais

DEUST – Diploma de Estudos Universitários Superiores Tecnológicos

Esc. Esp. – Escolas Especializadas

Quadro 2.3 Comparação de Equivalência dos Sistemas de Ensino do Brasil e da França

Série	Ensino Brasileiro		Idade	Ensino Francês					
	Doutorado – 04 anos		26		Doutorado				
			25		3º				
			24		Ciclo				
	Mestrado – 02 anos		23	Forma- Dores de Saúde	Maîtrise				Gran- des Es- colas DEUST
			22		Licence				
			21		DEUG				
			20		Letras				
			19		Ciências				
	Graduação 04 a 06 anos		18	4º e Vest.	Direito	DUT IUT	BTS STS	Esc. Esp.	
			17	3º	Habilitação	BTn		BT	Vest.
16			2º	Técnica			BT	Profis. CAP	
15			1º				BT	CAP	
14/16			Terceira		CPPN– 2 a				
13/14			Quarta		CFA 2a	CPA2a			
12			Quinta						
11	Sexta								
10	2º ano – Curso Médio								
9	1º ano – Curso Médio								
8	2º ano – Curso Elementar								
7	1º ano – Curso Elementar								
PRÉ – ESCOLA Até 05 anos (opcional)		6	Curso Preparatório						
		5	Classes						
		4	Maternais						
		3	05 anos						
3º	3º cient.	Cursos	17	3º	Habilitação		BT	Profis.	
2º	2º cient.	Técnicos	16	2º	Técnica		BT	CAP	
1º	1º cient.		15	1º			BT	CAP	
8º	Primeiro Grau 08 anos		14/16	Terceira			CPPN– 2 a		
7º			13/14	Quarta			CFA 2a	CPA2a	
6º			12	Quinta					
5º			11	Sexta					
4º			10	2º ano – Curso Médio					
3º			9	1º ano – Curso Médio					
2º			8	2º ano – Curso Elementar					
1º			7	1º ano – Curso Elementar					

Fonte: Adaptado ACTUEL - Cidj – França, 1988

2.4 Ensino Alemão

Segundo Bahro (1979), o interesse de se entender o sistema educacional da Alemanha é pelo fato de que, após muitos anos de decadência cultural e científica, é novamente ser reconhecida como competente nestas áreas e, se encontrar num processo contínuo de inovação e adaptação às novas necessidades das economias dos países altamente industrializados – muitas vezes mediante consideráveis conflitos políticos.

A estrutura do ensino da Alemanha foi, e continua sendo, garantida pelo “Tratado entre os Estados da República Federal da Alemanha sobre a Unificação no setor de Ensino” (Tratado de Hamburgo de 14 de outubro de 1971), no qual fixaram regras sobre, na medida do necessário, a uniformidade e comparabilidade do ensino.

Com a aprovação da Lei Básica do Ensino Superior, em 1998, foi iniciada uma reforma abrangente, com o objetivo de possibilitar a concorrência e a diferenciação, e de assegurar competitividade internacional das escolas superiores alemãs no século XXI.

O ensino obrigatório vai desde os seis anos completos até os 18 anos de idade, ou seja, doze anos de estudos. Durante os primeiros 09 (nove) anos, deve ser freqüentada uma escola de tempo integral. A obrigatoriedade é completada por um ensino profissional de tempo integral, que além da

formação prática em uma empresa, oferece ensinamentos profissionais teóricos e a ampliação dos conhecimentos gerais, ou então, em uma escola de ensino geral. O ensino em todas as escolas, até esta idade, é público e gratuito.

O sistema educacional da Alemanha divide-se em diferentes etapas, correspondentes às diferentes faixas etárias.

O Ensino Pré – escolar, até os 05 (cinco) anos, não obrigatório, mantido pelas igrejas, entidades beneficentes, municípios, empresas ou associações. Não são públicos e a mensalidade varia de acordo com a renda familiar.

Na Escola Primária, nos 04 (quatro) primeiros anos, o desempenho da criança é avaliado por relatórios, pormenorizando os progressos e fraquezas em cada disciplina.

A Fase de orientação, correspondente a 5ª e 6ª série constituem o início da formação geral do curso secundário, onde os alunos recebem orientações e incentivos para continuarem a sua evolução da vida escolar.

Já o ensino do 2º grau é dividido em 02 (dois) ciclos, sendo que o primeiro ciclo abrange quatro opções, a saber:

- *Hauptschule* – escola de ensino básico que proporciona uma educação geral a fim de facilitar o acesso à formação profissional prática. Após 03

ou 04 anos de estudos, começa uma formação profissional (Sistema Dual – aproximadamente mais 03 anos de estudos), e abre caminho para muitos tipos de formação em profissões artesanais e industriais, pelo menos até os 18 anos de idade.

- *Realschule* – da 7^o à 10^o série, oferece formação mais geral e confere um diploma da escola média, com direito a freqüentar cursos mais adiantados em escolas de aperfeiçoamento profissional ou escolas secundárias vocacionais.
- *Gimnasien* – Ginásio – em geral com 04 (quatro) anos de duração que propicia uma formação básica aprofundada.
- *Gesantsschule* – Escola Integrada – também com 04 (quatro) anos de duração combina a formação geral com a formação profissional.

O 2^o ciclo do ensino do 2^o grau pode corresponder:

- *Gimnasien* – Ginásio do segundo ciclo fornece uma formação mais individual em decorrência do maior número de matérias oferecidas. O seu diploma habilita ao estudo em qualquer área curricular nas instituições de ensino superior.
- Escolas de Aperfeiçoamento Profissional – de tempo integral, freqüentada por jovens que visam preparar-se para uma formação profissional mais completa nos setores comercial, de assistência social, de economia doméstica e da área de saúde para mais de 380 profissões reconhecidas com base nos regulamentos da formação.

- Sistema Dual – os ofícios que são ministrados no sistema dual são determinados pela União, pelos Estados e pelos parceiros sociais em estreita cooperação, conforme demanda do mercado de trabalho. A formação pode durar de dois a três anos e meio, de acordo com o ofício. O conteúdo dos cursos tenta atender às exigências que, no futuro, o ofício imporá aos formandos. O sistema dual distingue-se da formação profissional puramente escolar: - o aprendizado não ocorre na escola, mas sim nos locais de produção ou de prestação de serviços das empresas, firma, escritório ou consultório de profissionais liberais ou do serviços públicos. Os jovens passam três a quatro dias por semana nas empresas e freqüentam um ou dois dias a escola profissionalizante. São dois pilares da formação profissional: a empresa e a escola.

Para o acesso aos estudos superiores é necessário o diploma de maturidade para a Universidade ou para a escola superior especializada.

As Escolas Profissionais Superiores têm como objetivo transmitir conhecimentos científicos baseados e voltados para a prática, a fim de responder as necessidades da economia e da sociedade. A duração é de 01 a 03 anos. Incluem aí, as escolas profissionais superiores do setor de saúde que necessitam de formação prática e teórica, tais como: enfermagem, massagista, fisioterapeuta, etc.

As Universidades e as Escolas Superiores Específicas, de função semelhantes, reúnem sob um só teto diversas formas de ensino superior, oferecendo diversas possibilidades de cursos que, em média, duram 13 semestres, ou seja 06 anos e meio.

Os cursos superiores podem ser concluídos de diferentes formas, mas sempre através de um exame. Quando se trata do ciclo básico, o exame de conclusão chama-se “Primeiro Exame de Qualificação Profissional”, porque conduz diretamente ao exercício de uma profissão, ainda que ali continue a sua formação. Destaca-se entre eles os setores de engenharia, informática, economia, ciências sociais, “*design*”, saúde e terapia. Quase 1/3 dos estudantes, principalmente nas universidades, escolhe este tipo de ensino superior.

As Universidades são os tipos tradicionais que combinam ensino e pesquisa e oferecem cursos de mestrado e doutorado.

No quadro 2.4 tem-se uma visão geral da equivalência entre o sistema educacional brasileiro e o sistema de ensino alemão. A equivalência não significa rigidez, uma vez que dentro da própria Alemanha, dependendo do estado, mudam-se as idades e os anos para se completar as séries correspondentes.

Quadro 2.4 Comparação de Equivalência dos Sistemas de Ensino do Brasil e da Alemanha

Séries	Sistema Brasileiro		Idades	Sistema Alemão					
	Pós - graduação		24	Universidades					
			23	Esc. Superiores					
	Graduação 04 a 06 anos		22	Específicas (arte, Teologia, Pedagogia, etc.)		Escolas Profissionais Superiores			
			21						
			20						
			19	Exame maturidade					
			18	Gimnasien	Escolas			Sistema	
3º	2º	Cursos	17	2º ciclo	Aperfeiço-	Dual			
2º	Grau	Téc-	16	Ginásio	Profission.				
1º	3 anos	nicos	15	Ginásio			Gesantscule.		
8º	Primeiro Grau 08 anos		14	Gimnasi	Haupts-	Reals-	Escola		
7º			1º ciclo	chule	chule	Integrada			
6º			12	Fase de					
5º			11	Orientação					
4º			10	Escola Primária					
3º			9						
2º			8						
1º			7						
			Pré- Escola		6	Ensino Pré – Escolar			
			Até 05 anos		5				
	(opcional)		4	(opcional)					
			3						

Fonte: Departamento de Imprensa e Informação do Governo Federal – Alemanha-1999

2.5 O Sistema Educacional dos Estados Unidos

O sistema educacional americano tem três características básicas que definem o seu modelo de educação:

- uma preocupação nacional;
- uma responsabilidade estadual;
- e uma função local.

Embora exista um Departamento da Educação – *U.S. Department of Education* – na administração federal, sua função é meramente coletar informações, prestar assistência técnica e ajuda financeira a programas educativos.

Segundo a Constituição, a Educação não é uma responsabilidade do governo federal, e, portanto, todas as questões educativas são de competência de cada um dos estados. Em vista disso, os estados têm a liberdade de determinar seu próprio sistema para suas próprias escolas públicas, estabelecendo as exigências básicas e mínimas para o ensino. As constituições estaduais, por sua vez, transferem o controle administrativo efetivo das escolas públicas às comunidades locais. As juntas escolares formadas por cidadãos eleitos, em cada comunidade, supervisionam as escolas em cada distrito.

O principal resultado dessa situação é uma enorme variedade e flexibilidade no ensino elementar, médio e superior em todo o país. Esta estrutura possibilita amplas oportunidades de experimentação e de adequação dos programas aos desejos e necessidades locais. Embora todos os estados estabeleçam a obrigatoriedade do comparecimento à escola de todas as crianças e jovens até uma determinada idade, verifica-se uma variação de 14 até 18 anos. Muitas das escolas locais têm a liberdade de escolher quaisquer materiais de ensino e livros que consideram apropriados, e outras só podem utilizar materiais aprovados pelas juntas educativas estaduais. Alguns sistemas escolares são, a exemplo de suas comunidades, extremamente conservadores e alguns são progressivos e liberais.

As faculdades e universidades mantidas pelos estados também promovem um certo grau de adequação de seus cursos às necessidades dos estados e dos estudantes. Os estados com economia sólida, baseada na agricultura, em geral têm escolas de grande porte e bem montadas relacionadas com as ciências pertinentes a essa área. Já os estados que têm forte interesse tecnológico, por exemplo Califórnia e Massachusetts, dão geralmente grande apoio às instituições de pesquisa tecnológicas e científicas. Estas e outras diferenças substanciais devem ser tomadas em conta ao se estudar o sistema educacional americano.

A grande maioria das escolas têm seu início no jardim de infância (*kindergarden*). Alguns estados não possuem esta fase inicial, enquanto outros estados oferecem inclusive a escola maternal (*nurse school*).

A Escola Primária ou Elementar (*Elementary School*) – é obrigatória para crianças acima de 06 anos, que dependendo do estado, pode ser cursada no sistema de 08 anos (*8-grade elementary school*) ou no sistema de 06 anos de estudos (*6-grade elementary school*), dependendo do sistema a ser seguido no nível secundário.

As Escolas Secundárias (*High School*) completam o ensino obrigatório, até os 18 anos. Existem quatro modalidades que combinam entre si os diferentes níveis de escolaridade.

- 4 anos (*4 years high school*) na modalidade 8-4;
- 4 anos na combinação de *middle school e high school*, na modalidade 4-4-4;
- 6 anos – na combinação do *junior-senior high school*, na modalidade 6-6;
- 6 anos divididos em 3 anos de *junior high school* e mais 3 anos de *senior high school*, na modalidade 6-3-3.

Um certificado de conclusão do curso secundário não é título que garante, automaticamente, o ingresso ao ensino superior. São exigidos exames padronizados que desempenham papel decisivo no que se refere à admissão nas faculdades e universidades. Os testes ajudam a avaliar a capacidade do

candidato para a admissão ou na escolha do curso apropriado. Os dois exames padronizados largamente utilizados e aplicados em escala nacional, aos alunos que desejam fazer um curso superior são conhecidos pela siglas:

- SAT – *Scholastic Aptitude Test* – que procura medir aptidão nos campos de comunicação verbal e da matemática;
- ACT – *American College Testing* – que procura medir as habilidades em inglês, matemática e ciências sociais e ciências naturais.

Estes dois testes são aplicados em datas específicas em todo o país, por organizações não governamentais e sem fins lucrativos. Esses exames são utilizados pelas instituições de ensino superior para fins de comparação, mas não são em hipótese alguma, oficiais.

Exames semelhantes e oficiais são utilizados também em níveis mais avançados, principalmente para os cursos de Medicina e Direito. Nas escolas de pós-graduação (os cursos subsequentes aos quatro anos de formação superior), contam, também, com um sistema extremamente competitivo e seletivo.

As Escolas Técnicas e Profissionalizantes de Nível Superior são as faculdades denominadas de “*community colleges (two-year colleges)* ou *junior colleges*”. São instituições pós - secundárias, de nível superior, que têm como objetivo levar a rápida profissionalização ou ao aperfeiçoamento de uma habilidade específica. A função primordial dos “*community colleges*” é atender

as exigências imediatas do mercado de trabalho com a formação de mão-de-obra mais qualificada como também, atender ao conceito de educação continuada (ou durante toda a vida). O conceito de educação continuada é de grande importância para os americanos que desejam atualizar ou aprimorar suas habilidades profissionais em consequência das transformações econômicas e do rápido avanço da era da informação, promovendo, deste modo, a satisfação das necessidades de se adquirir novas habilidades ocupacionais.

As Escolas Técnicas Profissionalizantes de Nível Superior estão abertas a todos os estudantes portadores de um diploma de escola secundária e possibilitam o acesso ao ensino superior para milhões de americanos. Existem, aproximadamente, 1.200 (um mil e duzentos) “*community colleges* ou *two year colleges*” que assistem a mais de 5 milhões de estudantes, ou seja a quase a metade de todos os estudantes universitários nos Estados Unidos, segundo dados da *American Association of Community Colleges* (*Peterson’s Guide Two-Year Colleges*, 1999).

Com algumas exceções, elas oferecem um currículo flexível, que inclui créditos para as Universidades e transferências entre “*Colleges*”, programas de educação técnica e contínua. A grande contribuição dos “*community colleges*” é que eles exploram novos campos de conhecimentos.

Da perspectiva do estudante, quatro características influenciam na decisão pelos “*Community Colleges*”:

1º - São instituições que trabalham intimamente ligadas aos cursos secundários e com o mercado de trabalho e, sem processo de seleção;

2º - a política de universalização do acesso ao ensino superior, proposta pelo governo, estabelece a gratuidade nestas instituições de ensino;

3º - fornecem um ambiente propício para atender as necessidades dos alunos, não importando a preparação prévia, a idade, sexo ou raça;

4º - oferecem uma diversidade de programas com oportunidades de novas carreiras, ou programas para melhorar as habilidades (aprendizagem contínua).

Ao se enfatizar os “*Colleges*”, é importante ressaltar o estudo de Ristoff (1998), quando diz que:

“A experiência dos *colleges* tem sido, de fato, considerada positiva e adquire um significado social que precisa ser considerado. Há, no entanto, no modelo americano, muita clareza em perceber que os *colleges* não substituem as universidades. Por mais importante que os *colleges* possam ser para a economia do país, uma nação soberana não pode prescindir de uma educação desatrelada do

imediatismo do mercado. Uma grande nação precisa de Universidades preocupadas não só com o presente e o existente mas, também com o futuro e o que ainda não existe. O aspecto admirável do sistema americano é que conseguiu valorizar a democratização do acesso ao conhecimento sem, no entanto, descuidar-se de suas Universidades de elite. Como a participação dos estados é muito marcante na educação americana, não surpreende que haja pelo menos uma grande universidade de pesquisa em cada um dos estados, pois ela, ao carregar o nome do estado em que se situa, em geral projeta também o estado de sua arte e de sua ciência, de sua realidade presente e de sua visão de futuro”(p.10).

O quadro 2.5 apresenta uma comparação entre as diferentes modalidades do ensino americano e brasileiro.

Quadro 2.5 A Estrutura Educacional Dos Estados Unidos e do Brasil

Série	Sistema Brasileiro		Idade	Sistema Americano		
	Doutorado- 04 anos		27	Doutorado		
			26			
			25			
			24			
	Mestrado – 02 anos		23	Mestrado		
			22			
	Graduação 04 a 06 anos		21	Bacharelado		
			20			
			19	Formação por Faculdade	04 anos	
			18	Escola Técnica		
				Nível Superior	4-year High School	
3º	Segundo Grau 03 anos	Ensino Técnico 2º grau	17	4-year High School	Comb. Jun/Sen. Sch.	Sen. Hig. Sch.
2º			16			Jun. Hig. Sch.
1º			15			Sen. Hig. Sch.
8º	Primeiro Grau 08 anos		14	Middle School	8-4	6-6 6-3-3
7º			13			
6º			12			
5º			11			
4º			10	4-4-4		
3º			9	Elementary School		
2º			8	Escola Primária ou		
1º			7	Elementar		
	Pré – Escola Até 05 anos (opcional)		6	Jardim de Infância		
			5			
			4	Escola Maternal		
			3			

Fonte: Bureau de Assuntos Educacionais e Culturais, 1989

2.6 Conclusão

O entendimento de diferentes programas de ensino com vistas ao mercado de trabalho, como no caso do ensino britânico, francês, alemão e americano, permite visualizar uma estrutura que melhor se adapte ao ensino brasileiro.

Todos os sistemas estudados acima, se preocupam com a formação técnica e profissional dos jovens. Alguns jovens não querem ou não pretendem continuar seus estudos, outros querem mudar de profissão e procuram as instituições de ensino superior para concretizarem seus anseios. Nota-se que todos os cursos estão intimamente ligados ao mercado de trabalho.

A proposta brasileira de implantação dos cursos seqüenciais procura seguir as diretrizes curriculares dos países que já adotam a flexibilização e a disseminação do conhecimento.

3 OS CURSOS SEQUENCIAIS NO BRASIL

3.1 Considerações iniciais

Este capítulo descreve a proposta da criação dos cursos seqüenciais idealizados pelo Senador Darcy Ribeiro, seguido de uma breve análise da necessidade da reforma da educação brasileira, na perspectiva dos autores estudados. Apresenta, também, uma visão geral da legislação brasileira sobre os cursos seqüenciais, as definições adotadas no Brasil e seu planejamento pelas universidades brasileiras. Por se tratar de um estudo exploratório, inicialmente o intuito é descrever, analisar e identificar o reflexo da legislação e suas implicações no sistema educacional brasileiro.

Por último descreve as diretrizes e os passos para a implantação de um curso seqüencial.

3.2 A idealização dos cursos seqüenciais

A versão do projeto de LDB que tramitou inicialmente no Senado Federal, constante da Resolução n.º CES 670/97, afirma que o autor do projeto da LDB, o Senador Darcy Ribeiro, em 1996, quando da apresentação da “Universidade Aberta do Brasil” à UNESCO em Paris, referiu-se à noção de cursos seqüenciais. Utilizava a expressão “cursos de seqüência”. Em suas palavras, um aluno concluiria “um curso de seqüência em qualquer ramo de saber ... mediante aprovação em seis disciplinas intrarelacionadas, desde que tivesse, pelo menos, certificado do ensino médio”. O aluno deveria, também, demonstrar sua aptidão conforme requisitos estabelecidos pela instituição.

Consta, ainda na Resolução n.º CES 670/97 que, noutra oportunidade, no mesmo ano, 1996, em palestra na Fundação CESGRANRIO, na cidade do Rio de Janeiro, o senador Darcy Ribeiro dava mais uma nova noção a esses cursos. A proposta se assemelharia a uma visão mais livre e moderna dos “*community colleges*” norte-americanos, profissionalizantes ou não, porém com forte tendência nacional. Propunha que o estudante interessado deveria procurar uma instituição de ensino superior e formular um programa de estudos segundo seus interesses, não mais se restringindo a apenas a um conjunto de seis disciplinas interrelacionadas. Tal formulação não dependeria da existência de vagas no vestibular e, o êxito no programa daria direito a um certificado. Sua opção representaria a liberdade de escolher, não uma graduação, mas um subcampo multidisciplinar em que queira aprofundar. Essa possibilidade estaria

aberta a qualquer pessoa que atendesse aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino.

3.3 Análise da educação brasileira e o surgimento dos cursos seqüenciais

Cabe aqui analisar, primeiramente, os cursos de formação profissional, que conforme o decreto n.º 2202, de 17 de abril de 1997 regulamenta a Lei n.º 9394/96- LDB. Em seu artigo 1º, a lei estabelece os objetivos da educação profissional: promover a transição entre escola e o mundo de trabalho, proporcionar a formação profissional, especializar, aperfeiçoar e atualizar, qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores com qualquer nível de escolaridade. Em seu artigo 3º distingue os três níveis : o básico, o técnico e o tecnológico.

O ensino básico é aquele que independe da escolaridade prévia, não está sujeito a regulamentação curriculares, e fornecem um certificado de qualificação profissional.

O técnico está estruturado para alunos matriculados ou egressos do ensino médio, independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial.

O ensino tecnológico, corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

O último parágrafo da lei determina que o ensino técnico é “o conjunto de certificados de competência equivalente a todas as disciplinas e módulos que integram uma habilitação profissional dará direito ao diploma correspondente de técnico de nível médio.”

Segundo Militão (1996), o maior equívoco é que a dissociação da “educação tecnológica da educação geral propõe o adestramento da força de trabalho para atender às demandas do mercado de trabalho, reforçando a estrutura dual de ensino: educação para as elites e educação para as massas”. Em seu artigo, ele acrescenta que a formação profissionalizante é portanto anacrônica em função da globalização dos mercados que exige que a força de trabalho obtenha na educação a base científica e a tecnológica.

Já o segundo grau ou ensino médio é uma tentativa de se fazer muita coisa ao mesmo tempo. Ele se “propõe a realizar três tarefas. A primeira é preparar para o ensino superior. A segunda é preparar cidadãos para viverem em uma sociedade contemporânea. E a terceira é treinar para o mercado de trabalho. O grande problema é que essas três tarefas podem competir uma com a outra e até mesmo ser conflitivas.” (Castro, 1995).

Castro (1995, p.3) analisa, também, que as escolas brasileiras, com raras exceções, são acadêmicas e estas escolas não valorizam as disciplinas de profissionalização. A escola não leva a sério as profissões oferecidas, os professores não as respeitam, seu status é baixo, sendo massacrada pelos valores da escola acadêmica. “Há uma diferença importante entre uma escola acadêmica e uma escola profissional que prepara diretamente para um conjunto de ocupações bem definidas e cujos mercados tem que ser considerados a todos os momentos. A acadêmica não se ocupa da sintonia fina dos seus cursos com o mercado, mas sim com a sintonia aproximada entre suas matérias e o entorno sócio - econômico onde opera. Seu foco são as habilidades básicas para se operar em uma sociedade moderna”.

SINGER (1996) antes mesmo da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, em sua conferência de abertura da XVIII Reunião Anual da ANPEd, em Caxambu – MG, em outubro de 1995, se preocupava com a criação de cursos voltados para o mercado de trabalho.

O mesmo autor analisa as necessidades da reforma da educação, no Brasil e no mundo, tendo em vista os efeitos da globalização que homogeneiza as condições de trabalho em âmbito mundial. Define as duas visões opostas das finalidades da educação:

- a civil democrata – educação como processo de formação de cidadãos para atender a democracia, centrada no educando de classes sociais menos favorecidas. “O grande propósito da

educação seria proporcionar aos filhos das classes trabalhadoras a consciência,(...) que lhe permita o engajamento em movimentos coletivos visando tornar a sociedade mais livre e igualitária. (...) deveriam , também, cumprir outros propósitos, que poderiam ser resumidos na habilitação do indivíduo a se inserir de forma adequada na vida adulta: profissional, familiar, esportiva, artística, etc.” Desta maneira, o educando poderia prosseguir sua auto-educação.

- a educação produtiva, - onde prepararia o educando para o ingresso, da melhor forma possível, no mercado de trabalho, sem desprezar os outros propósitos do processo educacional. “Em outras palavras, a educação promove o aumento da produtividade, que seria o fator mais importante para elevar o produto social e dessa maneira eliminar a pobreza.”

Singer (1996) levanta questões sobre a “alienação do ensino escolar das novas características tanto do mercado de trabalho como do panorama político e social. Que tipo de pessoas nossas escolas estão formando e para que tipo de sociedade? (...) qual o modelo de cidadão consciente que inspira nosso ensino? Será que nossos currículos correspondem adequadamente ao desejo natural de aprender dos jovens, motivando-o a participar ativamente do processo educativo?”

Nota-se que as duas visões contemplam a educação como meio de melhorar a sociedade, e ele, mesmo sendo contrário as propostas produtivistas, reconhece que as críticas têm base na realidade brasileira e, que os defensores da visão civil democrática deveriam incorporar: “a descentralização do sistema, para que mil flores de experimentos diversos possam florescer, dando espaço a muitas vocações educacionais que hoje não tem como realizar” (Singer, 1996).

O reitor da Universidade de Mogi das Cruzes, o Sr. Roberto Leal Lobos (Niskier, 1999), em seu discurso no seminário sobre a educação brasileira para este novo século, defende “um ensino superior heterogêneo, como nos países desenvolvidos, diversificado e com objetivos distintos, com separação entre diploma acadêmico do diploma profissional”.

É realidade nos Estados Unidos a distinção entre universidades de ensino e universidades de pesquisa que convivem perfeitamente. Conforme descrito por Hanna (1999) , a demanda crescente entre jovens por acesso e conveniência aperfeiçoados, custos mais baixos e aplicação direta dos conteúdos ao cotidiano do trabalho está mudando radicalmente o ambiente para a educação superior nos Estados Unidos e no mundo. Neste ambiente de mudanças rápidas que está baseada em um contexto global, de economia baseada no conhecimento, as universidades tradicionais terão que se esforçarem para adaptar objetivos, estruturas e cursos.

3 . 4 Visão geral da legislação brasileira

A Lei n.º 9394/ 96 - Lei de Diretrizes e Bases (Brasil,1996) é altamente inovadora com relação a muitos aspectos da legislação educacional anterior. Foram acrescentados os cursos seqüenciais por campo do saber. Assim, quatro modalidades de cursos superiores passaram a ser previstas na lei:

“Art. 44 . A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização e aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino”.

A Lei n.º 9394/ 96, embora promulgada em dezembro de 1996, teve o parecer favorável pelo Conselho Nacional de Educação em 17 de dezembro de 1998 e, somente em 21 de dezembro de 1998, o Ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato de Souza, homologou a criação desta nova modalidade de ensino. Segundo o MEC (1998), esta nova opção de cursos seqüenciais, distintos dos cursos de graduação, ampliará o acesso e a reorganização dos currículos orientados no sentido da qualificação e modernização do ensino superior.

Conforme publicação no Diário Oficial em 22 de dezembro de 1998, os cursos seqüenciais estão divididos em dois tipos.

A modalidade de formação específica, com 1600 horas e no mínimo 400 dias letivos (incluindo as práticas profissionais), com destinação coletiva, que dariam a oportunidade de adequar a realidade brasileira às necessidades dos alunos e do mercado de trabalho. Esta modalidade levaria a obtenção do diploma do nível superior, que não se confunde com o diploma dos cursos de graduação, mas que atesta conhecimentos em um campo de saber. Este diploma será expedido pela instituição que o ministrou com os seguintes dizeres: “**diploma de curso superior de formação específica**” e serão

registrados nos termos da Resolução CES n.º 3/97. Esta modalidade estará sujeita a processos de autorização e reconhecimento pelo MEC, exceto quando se tratar de sua oferta por universidades ou centros universitários. Poderá ser ministrado por instituição de ensino que tenha um ou mais cursos de graduação reconhecidos e que devem estar relacionados com os mesmos. Estes cursos exigem dos alunos, apenas a conclusão do ensino médio.

A segunda modalidade, de complementação de estudos, subdivide-se em destinação coletiva e destinação individual.

A destinação coletiva, com proposta curricular, carga horária e prazo para a integralização estabelecidos pela própria instituição de ensino, não precisam obedecer o ano letivo regular, mas estão sujeitos às normas gerais para os cursos de graduação, tais como frequência e aproveitamento. Estes cursos dispensam a prévia autorização e posterior reconhecimento, mas estarão, entretanto, vinculados a um ou mais cursos de graduação reconhecidos que sejam ministrados pela instituição de ensino e que incluam disciplinas afins àquelas que compõem o curso. Serão avaliados periodicamente por amostragem e seus resultados serão considerados na renovação do reconhecimento dos cursos de graduação a que estiverem vinculados.

Os cursos seqüenciais de complementação de estudos com destinação individual deverão ser propostos por candidatos interessados em seguir disciplinas que configurem um campo de saber e nas quais haja vaga em curso

de graduação reconhecido, desde que o conjunto dos estudos a serem realizados possua uma lógica interna, ou seja, configure um campo de saber.

Em relação aos cursos seqüenciais de complementação de estudos com destinação individual, é importante ressaltar que a Resolução n.º 1 de 27 de janeiro de 1999, publicada em 3 de fevereiro de 1999, em seu Art. 7º, parágrafo 1º, letra c, determina que os candidatos interessados em seguir as disciplinas que configurem um campo de saber, devem “cumprir os requisitos exigidos dos demais alunos matriculados nas disciplinas que vierem a seguir” (Brasil, 1999).

As idéias centrais desta modalidade - complementação de estudos - são: adequar a formação acadêmica com as necessidades do mercado de trabalho, promover a flexibilização dos currículos e construir um conjunto de habilidades específicas que atenda a um grupo específico ou a um único estudante. Esta modalidade, em suas 2 categorias, forneceria um certificado de nível superior na área escolhida, válido para o ingresso no mercado de trabalho.

Como exemplo, o diretor do Departamento de Política de Ensino Superior, Luiz Roberto Liza Cury explica no Diário Oficial de 22 de dezembro de 1998: “Os cursos seqüenciais permitirão aos alunos de graduação integrar a seus currículos tópicos de estudos correlatos ao seu interesse de formação, que serão certificados ao seu diploma, proporcionando uma nova

competitividade às suas perspectivas profissionais. Um aluno de jornalismo, que tenha interesse em se especializar na área econômica, poderá fazer disciplinas antes restritas aos graduandos de Economia, se preparando de forma mais adequada para as suas expectativas de formação profissional”.

Estes cursos não precisam de autorização do MEC. Entretanto, assim como os de formação específica, as instituições que os ministrarem precisam possuir cursos de graduação já reconhecidos e estar relacionado com algum outro curso já existente na instituição. Os alunos devem ser portadores de diploma de curso de graduação superior ou, no mínimo, estarem cursando cursos de graduação, uma vez que, os alunos destes cursos devem cumprir os requisitos exigidos dos demais alunos matriculados nas disciplinas que vierem a seguir. Os certificados serão expedidos pela instituição que o ministrou, constando o campo de saber a que se referem os estudos realizados, a carga horária, a data de conclusão e os seguintes dizeres: **“certificado de curso superior de complementação de estudos”**.

Os cursos seqüenciais de formação específica estão sujeitos a legislação própria, estabelecida na Portaria ME n.º 612 de 12 de abril de 1999. A sua oferta, por instituições de ensino superior não universitárias (universidades e centros universitários), só pode acontecer após a obtenção da autorização e do reconhecimento pela Secretaria de Educação Superior. Para a obtenção desta autorização e reconhecimento é necessário a elaboração de um projeto contendo:

- projeto pedagógico do curso com o perfil do formando;
- a infra-estrutura das salas, laboratórios, bibliotecas, etc.;
- o regime escolar, número de vagas e turmas de funcionamento;
- o perfil do corpo docente – número, qualificação, experiência profissional; e,
- para o reconhecimento, enviar solicitação de funcionamento para o SESu/ MEC após um ano de funcionamento ou até um ano antes de formar a primeira turma e informar sobre a evolução do projeto originalmente aprovado pelo CES/CNE.

As universidades e os centros universitários têm autonomia para criá-los, devendo apresentar à SESu/MEC apenas o ato do conselho superior que aprovou a criação do cursos e o projeto pedagógico que embasou a decisão de implantá-los.

Os cursos seqüenciais não são uma abreviação da graduação, mas uma alternativa emergente para quem não deseja ou não precisa de um curso de graduação plena, mas tem necessidade de adquirir conhecimento de nível superior. Portanto, estes cursos não podem ser confundidos com os de graduação plena que são oferecidos por área do conhecimento. Assim, não é possível que haja, por exemplo, um curso seqüencial de Administração ou de Jornalismo, pois este compete ao curso de graduação plena; o que pode ser oferecido é um curso seqüencial em um campo de saber da Administração ou do Jornalismo.

Os cursos poderão vir a ser aproveitados como créditos concedidos em cursos de graduação, sendo porém necessário que o aluno tenha passado por processo seletivo. Dessa forma, não existe nenhum mecanismo que automaticamente transfere o certificado ou diploma de curso seqüencial em um diploma de graduação, nem se pode falar em “complementação” dos cursos seqüenciais para transformá-los em cursos de graduação. Do mesmo modo, a possibilidade dos alunos destes cursos em prestar concursos independe do MEC, dependendo apenas do edital de cada concurso. Sendo o curso seqüencial de nível superior, o edital deve deixar claro que tipo de curso exige, se é qualquer curso de nível superior (onde se inclui os cursos seqüenciais) ou se exige curso superior de graduação plena (onde se exclui os seqüenciais).

É previsto na Resolução n.º 1 de 27 de Janeiro de 1999, a possibilidade aos alunos de graduação que não cumprirem os requisitos exigidos para a sua diplomação, fazerem jus a certificado de curso superior de complementação de estudos, a critério da instituição de ensino, desde que os seus estudos integrem um campo de saber.

O quadro 3.1 apresenta uma síntese, da legislação brasileira da Lei de Diretrizes e Bases n.º 9394/96 vigente, comparando as duas modalidades dos cursos seqüenciais:

Quadro 3.1 – Síntese da Lei 9394/ 96 da Lei de Diretrizes e Bases

Complementação de estudos	Formação específica
Focaliza um campo do saber e tempo de integralização variado;	Focaliza um campo do saber e tem seu tempo mínimo de integralização de 400 dias letivos e carga horária de 1600 horas;
Não inclui práticas profissionais;	Inclui práticas profissionais;
Não necessitam de autorização do MEC para serem oferecidos pelas instituições de ensino superior;	Necessitam ser autorizados pelo MEC, exceto quando oferecido por universidades ou centros universitários;
Os alunos devem ser portadores de diploma de curso de graduação superior ou no mínimo estarem cursando cursos de graduação – quando de destinação individual;	Os alunos devem ser portadores do certificado de conclusão do ensino médio;
Conduzem a um certificado ao seu final, expedido pela própria instituição	Conduzem a um diploma ao seu final expedido pela instituição que o ministrou.
A instituição que oferecê-los precisa ser reconhecidos no MEC;	possuir cursos de graduação já
O curso deve estar relacionado com o curso de graduação reconhecido da Instituição.	

3. 5 Cursos seqüenciais no Brasil

A UNEB – União Educacional de Brasília teve a aprovação da implantação dos seus cursos seqüenciais na Resolução n.º 1 de 27 de janeiro de 1999 que foi publicada no Diário Oficial da União em 3 de fevereiro de 1999.

O curso seqüencial da UNEB College é definido como “Cursos Seqüenciais por Campo de Saber - cursos de nível superior (3º grau), com caráter profissionalizante que, quando concluídos, possibilitam o ingresso do aluno no mercado de trabalho”. Para a UNEB, esses cursos conferem aos concluintes o certificado de nível superior. A duração média dos cursos é de um a dois anos, e pode se inscrever quem for portador de Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio (2º grau). O currículo dos cursos baseia-se nas disciplinas dos cursos de graduação, garantindo a mesma qualidade de ensino. O concluinte que for aprovado, posteriormente, em processo seletivo (vestibular) para o curso de graduação tradicional, pode pedir o aproveitamento das disciplinas cursadas no curso seqüencial e ter diminuído o seu tempo de integralização.

A UNEB *College* oferece cursos seqüenciais em: Programação de Computador, Comércio e Negócios Internacionais, Redes de Computadores, Marketing e Criação Publicitária, *Webdesign*, *Webmastering*, Gestão de Negócios, Gestão Hospitalar. Em nenhum destes cursos há a previsão do estágio curricular, a integralização está estruturada em 900 horas/ aulas, ou

seja, 3 (três) semestres, e o certificado é dado aos alunos que concluírem o curso com no mínimo 75% de frequência e média igual ou superior a cinco em todas as disciplinas.

A Universidade Anhembi- Morumbi já elaborou alguns cursos seqüenciais de formação específica visando atender a segmentos de mercado bem definidos, após realizar palestras com empresários de diversos ramos, para entender as áreas mais promissoras. Já dispõe dos seguintes cursos seqüenciais de formação específica: Gastronomia, Criação e Gestão em *Webmaster* e *Webdesign*, Estética Corporal, vários cursos na área de administração como Controle e Auditoria da Qualidade na Empresa, Gestão de Planejamento Financeiro, Marketing e Vendas, Organização e Gestão de Eventos, na área de Comunicação – Comunicação Empresarial, Produção e Marketing Cultural, na área de Esportes – Gestão de Empreendimentos e Clubes Esportivos, Arbitragem em Futebol, dentre outros cursos.

Vale ressaltar que o curso seqüencial de gastronomia, da Anhembi- Morumbi, em seu primeiro ano de funcionamento, apresentou 180 candidatos para apenas 24 vagas oferecidas. Embora não exigido pela lei, entre seus alunos, a maioria são pessoas que vieram das faculdades e que pretendiam aperfeiçoar ou trocar de atividade profissional.

A Universidade Veiga de Almeida (RJ) também dispõe de um curso seqüencial, de complementação de estudos, com destinação coletiva: -

Gerenciamento de Empresas Turísticas, e espera poder promover novas turmas para o próximo ano, após pesquisas com empresas da cidade.

A UNIVIR – Universidade Carioca, só no ano de 1999, lançou 10 cursos seqüenciais de formação específica, duração de 02 anos, com vistas ao mercado de trabalho: Administração Financeira, Análise Organizacional, Criação e Produção de Comerciais, Editoração Eletrônica, Gestão de Materiais, Informática Educativa, Tecnologia da Imagem, Tecnologia de Software, *Webdesign*, *Webmaster*, dentre outros. Todos os cursos são modulares, permitindo uma grande flexibilização com relação a grade curricular, pois os alunos podem montar, dentro dos limites exigidos a sua própria grade curricular.

A Universidade de Franca lançou este ano, 2000, seus primeiros cursos seqüenciais: Informática Empresarial e Comercial, de formação específica- 02 anos e direito ao diploma; Administração Bancária e Técnicas de Vendas e Marketing, de complementação de estudos – 18 meses e direito a certificado.

3. 6 O planejamento e a implantação de cursos seqüenciais pelas universidades públicas brasileiras

As universidades brasileiras já começaram a estudar formas de se adequarem às novas diretrizes do MEC na oferta de cursos de graduação e

cursos seqüenciais por campo de saber ou complementação de estudos e o de formação específica.

A USP, preocupada com os novos rumos da educação e da flexibilidade do mercado de trabalho, já iniciou a discussão de propostas sobre o tema e, de forma ainda embrionária, analisa a criação de um ciclo básico para os seus 86 cursos. Ainda não há, segundo o pró-reitor de pesquisas, Herman Chaimovich, em entrevista concedida na Folha de São Paulo, obtida via Internet, uma idéia clara como se formariam os cursos de graduação . As vantagens de se criar um ciclo básico, segundo ele, seria na possibilidade do aumento de vagas nas escolas, o desestímulo à evasão, já que haveria, ao final de dois anos um “diploma intermediário”, e o futuro graduado teria um perfil menos especialista, e portanto mais flexível para se encaixar no mercado de trabalho.

Em entrevista à revista ÉPOCA (1999), o assessor da Pró-Reitoria da USP – Cláudio Possani, declarou que “as públicas se interessam em manter a qualidade e não apenas em melhorar as estatísticas do governo”. Ele acredita que os cursos seqüenciais podem ser confundidos com os de graduação e provocar problemas no mercado.

A UFMG, através de seu Colegiado Especial do 1º ciclo da área de ciências sociais, junto com os coordenadores dos cursos que o integram, já começaram, também, a debater a pertinência e as características dos ciclos básicos, impulsionados pelas novas diretrizes e flexibilização da lei. Segundo Hudson Fernandes Amaral (Cadnews, 1999), Coordenador do Colegiado de

Coordenação Didática do curso de administração, “desde a década de 80, já existe uma certa preocupação em relação à verdadeira função do ciclo básico. As disciplinas que são ministradas nesse período são de grande relevância para a formação dos alunos, e, o contato com alunos de outros cursos e de outras visões de mundo podem auxiliá-los na construção de seus próprios padrões”. As várias discussões feitas em toda a UFMG, englobam hoje, os cursos de sociologia, biblioteconomia, comunicação social, letras, direito, história, filosofia, economia, ciências contábeis e administração de empresas.

Em Janeiro de 2000, a Universidade Federal de Ouro Preto lançou os primeiros cursos seqüenciais a serem oferecidos por uma instituição federal.

Para a implantação dos cursos seqüenciais na UFOP, a Pró-Reitoria de Graduação elaborou um documento para a sua normatização, que foi encaminhado aos Colegiados dos cursos que aprovaram as diretrizes a serem aplicadas. Algumas diretrizes apontadas no documento são as seguintes: o curso seqüencial será um curso superior de complementação de estudos com duas modalidades - destinação coletiva, ou seja, a criação de uma nova turma e individual para complementação de vagas remanescentes nas disciplinas já existentes. Nesse caso, seriam criados os cursos por campos de saber que pertencem às áreas fundamentais.

Segundo o Pró - Reitor de Graduação, prof. Antônio Carlos Brolezzi, o Curso Seqüencial é um conjunto de disciplinas que estabelece uma lógica

interna, como, por exemplo, o curso de Turismo Regional, constituído de disciplinas da área de história e geografia de Minas Gerais. Explicou ainda que se trata da atualização em tecnologias educacionais com disciplinas nas áreas de metodologia de ensino. No documento de normatização, o Pró-Reitor de Graduação propôs também a criação de uma comissão formada pelos presidentes dos Colegiados dos cursos da UFOP, denominada Câmara de Ensino.

As propostas de criação de cursos seqüenciais foram encaminhadas para avaliação da Câmara de Ensino e, uma vez aprovadas, foram encaminhadas ao CEPE (Conselho de Ensino e Pesquisa) para avaliação e deliberação.

O prof. Antônio Carlos Brezolli, Pró-Reitor da instituição, lançou os cursos de complementação de estudos na área de educação: ensino de matemática para o primeiro grau, educação física para as primeiras classes.

3.7 Conclusão

O atual mercado do trabalho caracteriza-se por níveis de exigências variáveis. Desta forma, as universidades, os centros universitários e as faculdades procuraram ampliar as suas ofertas de cursos para atender ao mercado e as exigências do Ministério da Educação (MEC), que valorizam as instituições cujo corpo docente seja formado por mestres e doutores. Por sua

vez, cursos seqüenciais, conforme descritos pela Lei n.º 9394/96 – LDB, tem por objetivo a qualificação de profissionais que atendam às necessidades do mercado de maneira mais rápida e constante do que os cursos de graduação e pós-graduação tradicionais.

Embora se possa notar a falta de critério de algumas faculdades na implantação dos seus cursos, nota-se que todas procuraram não implantar um curso que venha a concorrer com os cursos de graduação plena. Esta preocupação se deve principalmente pela necessidade de se ter uma distinção correta e precisa dos diferentes níveis da formação superior.

Os cursos, hoje oferecidos, são geralmente voltados para áreas bem específicas do mercado de trabalho e todos com ênfase muito grande na tecnologia, a tendência do momento. Conforme Souza (1997), os cursos “serão de grande utilidade, sobretudo para preparo rápido e emergencial de profissionais nas várias atividades ligadas à produção de bens e serviços (é o caso, por exemplo, da amplíssima gama de funções ligadas à informática). (...) é uma forma pragmática de descartolizar e de flexibilizar os cursos superiores brasileiros.”

4 DIRETRIZES BÁSICAS E PASSOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM CURSO SEQUENCIAL DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA NO BRASIL

4.1 Considerações iniciais

Esse capítulo tem por objetivo descrever as diretrizes e os passos para a implantação de um curso seqüencial. É apresentado um modelo de metodologia que foi desenvolvido respeitando as considerações teóricas vistas anteriormente.

4.2 A estrutura dos cursos seqüenciais

As maiores preocupações das instituições de ensino devem ser a de bem qualificar seus estudantes (Coelho,1998), e isto não deve ser diferente na estrutura dos cursos seqüenciais. Em um país constantemente assolado por crises econômicas, as questões relativas ao mercado de trabalho, às perspectivas de remuneração e à possibilidade de emprego tornam-se fundamentais na elaboração de um determinado curso.

Deve-se desenvolver pesquisas para comprovar a importância da elaboração de um curso seqüencial, levando em conta os aspectos internos e externos à instituição. Nesta perspectiva, os aspectos internos dizem respeito às normas de funcionamento e às características de seu currículo, incluindo o regime do curso. Os aspectos externos relacionam-se a determinantes de processos que têm reflexos internos ao curso, mas que não se referem estritamente ao ambiente da instituição. O exemplo mais típico de um processo desta natureza é aquele dos mercados de trabalho, as remunerações e status social das profissões. Há ainda aspectos peculiares às características individuais do estudante que deseja ingressar no mercado de trabalho. Muitas vezes são idiosincrasias pessoais relacionadas a habilidades da profissão e do meio em que vive (Avaliação, 1996).

A estrutura dos cursos seqüenciais devem levar em conta , também, as vantagens para os egressos do 2º grau, bem como para os alunos já inscritos em cursos de graduação, destacando-se, de acordo com Velloso & Albuquerque (1999):

- a) a possibilidade de um aluno de graduação poder, ainda no decorrer de seu curso, obter um título universitário que lhe forneça melhores colocações profissionais, mesmo que não continue seus estudos;
- b) a possibilidade de se fazer a complementação de sua formação, ainda com seu curso em andamento;

- c) e a possibilidade de se evitar a necessidade de uma “segunda graduação”, por parte dos profissionais de determinadas áreas.

4.3 O Curso

Para Rifkin (1995) e Tofler (1980), a questão do emprego tem assumido um papel preponderante junto a opinião pública, constituindo-se, deste modo, em um tema estratégico e dominante na sociedade. Nesses termos, possibilita o entendimento de sua vinculação com a dinâmica de crescimento da economia capitalista neste alvorecer do novo milênio e a conseqüente proposição de políticas direcionadas para propiciar padrões dignos de ocupação econômica a todos aqueles em condições de integrarem o mercado de trabalho. O conceito da Terceira Onda estabelecido por Toffler (1980) quanto ao novo estágio da economia capitalista, tem como um dos seus principais vértices o papel desempenhado pelo desenvolvimento científico-tecnológico que impacta o sistema produtivo e, por conseguinte, delimita novos padrões de relações econômicas, sociais, culturais, políticas, dentre outras, no âmbito da sociedade.

Saviani (1984:61) em *Escola e Democracia – A Teoria da Curvatura da Vara*, defende a pedagogia revolucionária: “ abrir espaços para forças emergentes da sociedade, para as forças populares, para que a escola se insira no processo mais amplo de construção de uma nova sociedade.”

Os cursos seqüenciais representam uma perspectiva promissora de incremento de alternativas de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho, conforme previstos pela Lei n.º 394/96- LDB. Não devem ser confundidos com os cursos de graduação. Estimulam a oferta em menor tempo, nas diversas áreas de competência da instituição com a adequação das áreas de atuação profissional e os currículos ou disciplinas das áreas relacionadas.

Para Niskier (1999), as rápidas e profundas transformações sócio-econômicas e tecnológicas estão exigindo novos perfis de trabalhadores, acarretando novas formas de organização do trabalho, sendo algumas imprevisíveis, acabando com campos tradicionais de atuação profissional e dando origem a áreas novas. Nenhuma profissão está imune a essas mudanças que afetam diretamente as pessoas, grupos e instituições, podendo em muitos casos, ocasionar sua obsolescência.

As diretrizes fornecidas pela Lei LDB n.º 9394/96 quanto aos objetivos educacionais, dão uma dimensão muito mais ampla e flexível à educação. Daí, o curso deve trabalhar, com os alunos, uma compreensão do real enquanto totalidade aberta e em construção, caminhando no sentido de que, ao exercer uma profissão, o façam como homens, dando a profissão uma dimensão social e política comprometida com a humanização e a ética.

Para Coelho (1998), os currículos e programas devem ser centrados no essencial a ser ensinado e apreendido, na estrutura de cada disciplina, na identidade de cada área do conhecimento e do projeto de formação profissional.

4.4 Proposta Pedagógica

O projeto pedagógico como elemento norteador e/ou sinalizador do caminho a ser alcançado deve contar com tempos e ações articulados com vistas a construção daquilo que se propõe a ser. Faz-se necessário programar ações que viabilizem o delineamento das propostas e a retroalimentação do processo como condição de construção da situação pretendida.

A aprendizagem possui um aspecto importante para cada pessoa, na medida em que cada um procura aprender para melhorar sua qualidade de vida, a perspectiva de carreira, as opções de trabalho, a sua liberdade. Isto é relevante nos tempos atuais, visto que não há a possibilidade de emprego estável por toda a vida. Segundo Evans (1996) as pessoas devem se capacitar visando o mercado de trabalho, cuidando de sua formação e atualização dos conhecimentos, a fim de serem capazes de atender as expectativas e necessidades das organizações.

Castro (s.r.) em seu artigo sobre Aprendizagem, cita o filósofo John Dewey:

“Lutar para preservar sua existência faz parte da natureza da vida. Como a continuidade só pode ser assegurada pela renovação constante, a vida é um processo auto renovador. O que a nutrição e a reprodução representam para a vida fisiológica, a educação para a vida social. A educação consiste primariamente em transmissão através da comunicação. A comunicação é um processo de compartilhar uma experiência até que se torne de domínio comum. Ela modifica a disposição de ambas as partes que a compartilham.(...) Quando as sociedades se tornam mais complexas em suas estruturas e nos recursos que utilizam, aumenta a necessidade de processos formais e intencionais de ensino e aprendizagem. Na medida em que os processos formais de ensino e aprendizagem crescem em extensão, existe o perigo de criar uma ruptura indesejável entre as experiências adquiridas na convivência social normal e aquilo que é adquirido na escola. Esse perigo nunca foi tão grande quanto na atualidade, devido ao rápido crescimento dos conhecimentos e habilidades relacionados à ciência e tecnologia”.(Dewey. Democracy and Education. Free Press, 1916. In: Castro. Aprendizagem).

Desta forma, e como apontam os autores Traldi (1987) e Martins (1999), é desejável que o desenvolvimento de um curso proporcione, para o educando, o seu crescimento em competências individuais nas seguintes áreas: pensamento crítico, abertura mental para o raciocínio lógico, criatividade,

comunicação de idéias, habilidades e métodos em uma área do saber, participação social (relacionamento interpessoal, grupal e intergrupal), habilidade de lidar com fatores e forças do meio ambiente (adaptação ao meio, conservação de recursos, valores éticos e morais), dentre outras.

A fim de promover a realização destas competências, a utilização criativa de múltiplos recursos pedagógicos, com ênfase no estudo independente, contínuo, flexível, são algumas das exigências deste novo curso.

O curso deverá promover, também, ambiente adequado para que o aluno possa aprender através de experiências que sejam efetivamente significativas para ele, segundo Traldi (1987). E, para ela o curso deverá (p.356):

- “planejar atividades educativas mais efetivas que ajudem aos educandos a alcançar os objetivos desejados;
- adaptar os métodos e procedimentos, ou melhor, as estratégias às necessidades, interesses, capacidades, talentos e amadurecimento dos educandos individualmente considerados;
- utilizar materiais de ensino, conteúdos e estratégias que levem o educando a um alto nível de motivação;
- criar entre os educandos o desejo de aprender e de tomar a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento;
- planejar atividades instrutivas, educativas a partir das fontes esclarecedoras de como os indivíduos aprendem;

- selecionar os métodos e materiais mais apropriados para o ensino e educação e que estejam dirigidos a alcançar o propósito ou a meta específica;
- formular hipóteses e prosseguir as investigações que venham a demonstrar a efetividade do ensino e da educação, para novas instruções, adaptações e melhoramentos ou aperfeiçoamentos;
- compreender as pressões que levam a mudanças no comportamento humano e delas fazer uso com discernimento e inteligência”.

A isto soma-se o conceito de educar de Moran(1984):

- “educar para a abertura a novas experiências, as novas maneiras de ser, a novas idéias. Educar para a mudança, para o não previsível, para aprender continuamente (educação permanente). Educar para o positivo, desenvolvendo a auto-estima, o valor de cada um, não olhando tanto para as suas limitações;
- educar para a autonomia, para caminhar por nós mesmos, para não depender de modas, do que os outros aprendem;
- educar para a liberdade possível em cada etapa da vida (educação como facilitadora do processo de libertação pessoal, grupal e social). Educar para a autenticidade;
- educar para encontrar o eixo, o sentido de nossa vida. Isto se aplica à escola, mas também à família e a outros espaços pedagógicos sociais.”

Neste contexto, a proposta pedagógica dos cursos seqüenciais para se obter os conhecimentos e habilidades necessárias para o mundo atual, devem estar baseadas na obra de Motta (1996), cuja essência foi resumida e transcrita no quadro 4.1.

Quadro 4.1 Proposta pedagógica das habilidades exigidas nos cursos sequenciais

Tipo de Habilidades	Significado	Objetivo
Cognitiva	Saber categorizar problemas e ver relações entre categorias. Compreender o particular por meio do conhecimento geral .	Aprender a gerar conhecimentos e decisões baseadas em informações e com base na definição de objetivos.
Analítica	Saber a utilidade e a potencialidade das técnicas e saber utilizá-las com criatividade na solução de problemas.	Aprender a decompor problemas, identificar variáveis fundamentais, estabelecer relações de causa e efeito na busca de novas soluções e alternativas de ação.
Comportamental	Comportar-se de forma diferente do anteriormente acostumado para obter respostas mais consistentes.	Aprender novas maneiras de interação humana dentre padrões alternativos conhecidos e validados socialmente.
De Ação	Desenvolver a capacidade de interferir intencionalmente no sistema, transformar o conhecimento em formas efetivas de ação	Aprender sobre si próprio, sobre sua função e sobre os objetivos e condições operacionais de sua profissão.

Fonte: Adaptado de Motta, 1996, p.29.

4.5 Perfil dos alunos

Rodrigues (1998) salienta que quanto mais informação sobre os alunos, melhor. Descrever o perfil do futuro formando nesse curso, principalmente deixando claro a ênfase dada aos aspectos teóricos e práticos, seria de extrema importância, assim como apresentar uma justificativa para o perfil preconizado, em função do mercado de trabalho, das novas tendências tecnológicas, demanda social, etc.

Ao se elaborar o perfil, algumas questões são essenciais para a identificação dos alunos, segundo Rodrigues (1998):

- faixa etária;
- grau de escolaridade e/ou patamar de conhecimento sobre o tema (já que os cursos seqüenciais podem abranger alunos egressos do 2º grau como alunos já graduados que visam mudar e/ou reestruturar sua profissão;
- situação motivacional dos alunos, ou seja: a) se o curso é aberto – quando o aluno se matricula por vontade própria, buscando, por exemplo aprimorar seus conhecimentos em uma determinada área ou adquirir novas habilidades, provavelmente em busca da melhor oportunidade na carreira, ou b) se o curso é fechado ou dirigido – quando é promovido por instituições, onde os alunos podem se sentir pressionados a cursá-lo ou vislumbrar oportunidades de ascensão

profissional, influenciando, deste modo, a motivação e o desempenho;

- informações sócio-econômicas.

As respostas de todas as questões acima, indicarão o conhecimento básico dos alunos e servirão de base para a elaboração da proposta pedagógica, do planejamento dos conteúdos programáticos e os processos de avaliação.

4.6 Planejamento do Currículo

Muitos foram os autores que definiram o que é e quais objetivos devem conter um currículo. A revisão da literatura foi elaborada por Traldi (1987:32), onde ela conclui que nas definições de currículo “de certa maneira, há uma resposta nas solicitações e reclamos da sociedade na visão de cada autor”.

Em 1962, H. Taba, apud Traldi (op.cit.) define currículo como sendo “um plano para aprendizagem, em que, tudo o que se conheça sobre o processo de aprendizagem e o desenvolvimento do indivíduo terá aplicação para a sua elaboração”. E prosseguindo em sua evolução cronológica, a autora cita Louise Berman que oferece, segundo a autora, as mais sugestivas e construtivas contribuições a respeito do currículo, quando diz que “habitualmente, os currículos escolares têm dado ênfase mais ao que já aconteceu do que ao que está por vir, e que as pessoas e os programas

escolares precisam ser orientados para o futuro, devido ao ritmo demasiadamente acelerado do mundo de hoje e de amanhã”. A autora aponta oito habilidades a serem desenvolvidas como sendo os componentes significativos que devam compor esse processo:

“perceber, comunicar, amar, tomar decisões, conhecer, estruturar, criar e avaliar, no sentido de, efetivamente, o currículo, em seu objetivo e natureza, se relacionar aos processos humanos, fornecendo o ambiente que leve os indivíduos a estudarem e experimentarem essas funções de modo sistemático, para desenvolverem a visão de homem buscada e perseguida, isto é, indivíduos ajustados que possam, com responsabilidade, pensar, criar e contribuir positivamente para o mundo em que vivem” (p. 42).

Para Martins (1999), a escola ao realizar o planejamento curricular, é preciso que os educadores tenham em mente que as fontes de onde provêm os objetivos são: necessidades e valores constatados na sociedade; desenvolvimento, necessidades e potencialidades identificadas nos educandos; campos de conhecimento. É preciso considerar, também, que as experiências de aprendizagem dependem da natureza do conhecimento, do grau de desenvolvimento dos alunos.

Por fim, Traldi e Martins (op.cit.) consideram que, para uma aprendizagem efetiva, o currículo deverá considerar a situação ensino

aprendizagem como um todo em que o indivíduo atua e que o mesmo possa responder ao meio ambiente como um todo e que tudo que ocorrer será considerado importante para a orientação da conduta desse indivíduo.

4.7 Avaliação

A preocupação do momento na área educacional é a avaliação como corolário do dispositivo constitucional da qualidade do ensino.

Traldi (1987) e Sant'anna (1998) definem a avaliação como um processo sistemático e contínuo que abrange fins e meios, processos e produtos, indo desde o planejamento até depois do fim da execução (cujos resultados também aprecia) julgando a eficiência e eficácia. E, concluída a avaliação, pode-se escolher um dos seguintes passos:

- continuar no mesmo caminho, mantendo os mesmos alvos e meios;
- alterar algum meio ou, até, algum objetivo;
- abandonar a ação em causa, por parecer ineficaz e ineficiente.

Traldi (1987, p.67) define três tipos de avaliação – diagnóstica, formativa e somativa- igualmente importantes que se integram num processo em desenvolvimento, pois, “ se soubermos, de fato, o que queremos atingir e o tipo de Homem/ Sociedade que queremos formar e como proceder a sua consecução. Se não fizermos isso, não saberemos ou não teremos condições

de determinar quanto andamos no processo, e, se falharmos, por que não o fizemos, e, se precisarmos melhorar, quando, onde e como devemos agir”:

- **Avaliação Diagnóstica** – é o levantamento da realidade, seja ela sócio-econômica-cultural, seja ela do aluno, isto é, como se encontra em termos de nível de amadurecimento, das dificuldades, das necessidades, de interesses, aptidões, etc. É uma avaliação que se faz antes do processo se iniciar.

- **Avaliação Formativa** – é aquela que se processa durante o desenvolvimento do processo educacional, tendo em vistas o melhor aproveitamento do aluno pois permite, através dos dados coletados, proceder a mudanças que se julgue oportuno realizar.

- **Avaliação Somativa** – é a avaliação feita ao final do processo, onde procura obter uma visão geral do que foi alcançado, em termos dos objetivos propostos ou seja, com o propósito de controle e determinação da qualidade do currículo, programa ou curso. Assim, é feita ao final de um ano, um curso ou de um programa, segundo padrões preestabelecidos ou através da comparação de resultados de diferentes grupos.

Sant’anna (1998) aponta quatro tipos de avaliação, a saber:

- **Avaliação de Contexto**, diz respeito às decisões de planejamento, ou seja, analisa o contexto e enfoca o profissional que se pretende formar. Observa padrões sobre: a instituição, a comunidade, identifica necessidades, estabelece objetivos e metas a serem perseguidas, desenvolve os conteúdos para se alcançar os objetivos propostos, reage às oportunidades para a mudança e caracteriza o aluno.

- **Avaliação de Insumos**, são as decisões de estruturação, ou seja, os meios utilizáveis e disponíveis para se atingir os objetivos do programa. Baseia-se na utilização dos recursos tanto materiais quanto humanos, prevê a oportunidade de se atingir as metas em função dos recursos humanos e materiais, emprega testes, planeja aperfeiçoar o programa.

- **Avaliação do Processo**, referem-se as decisões de implementação que envolvem as estratégias de procedimento e das informações para as decisões programadas. Tem como premissa o desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo do currículo detectando suas falhas ou sucesso, avalia continuamente o período de implantação, registra e analisa os dados freqüentemente para efetuar o aperfeiçoamento efetivo e constante dos planos de avaliação.

- **Avaliação do Produto**, conduzem as decisões de reciclagem, saber se correspondem à realidade do que se propunha em termos de objetivos para suprir as necessidades e esforços de desenvolvimento. Em termos de quantidade e qualidade devem ser mensurados os conhecimentos, as habilidades, as condutas e as destrezas requeridas do educando para atender o processo de desenvolvimento. Relaciona os resultados encontrados com os objetivos propostos, bem como com a política educacional, abre perspectivas para, em tempo, consertar os aspectos falhos e fornece critérios para a identificação do desenvolvimento de habilidades fundamentais, de conhecimentos gerais ou específicos e de modificação de atitudes.

O tratamento do tema avaliação constitui tarefa difícil e complexa, de vez que muitas são as abordagens a este respeito. Convém que se proceda a algumas considerações preliminares, na tentativa de uma colocação melhor do problema, tais como: o que avaliar, por que e para que avaliar, quando avaliar, e quem avaliar? Todo o processo deve estar fundamentado na investigação orientada e dinâmica, para que possa oferecer dados concretos para uma avaliação efetiva.

4.8 Conclusão

A metodologia permite-nos chegar aos objetivos propostos e definir como executá-los. Desta maneira, um vasto leque de conhecimentos poderia ser oferecido, o que atenderia a uma nova categoria de recursos humanos necessários ao mercado de trabalho e à sociedade em geral.

Conhecer e entender a legislação que regulamenta a oferta dos cursos seqüenciais amplia as vantagens ao acesso ao ensino superior, tanto para os egressos do 2º grau, quanto aos que pretendem ampliar ou trocar de atividade profissional.

5 PROPOSTA PARA A IMPLANTAÇÃO DE UM MODELO DE CURSO SEQÜENCIAL

5.1 Considerações iniciais

Considerando que o modelo proposto não contou com a desejável participação de uma equipe multidisciplinar para a sua elaboração, o curso seqüencial de “Gestão de Micro e Pequenas Empresas” apresenta limitações, especificamente quanto a carga horária das disciplinas sugeridas. Contudo os parâmetros aqui apresentados servem de alicerce para as implicações futuras.

5.2 Antecedentes do Modelo Proposto

Os dados que subsidiaram a elaboração do modelo de implantação do curso seqüencial – formação específica- em “Gestão de Micro e Pequenas Empresas” foram obtidos de um levantamento do perfil de 244 empresas e seus empresários dos setores de indústria, comércio e serviços, na região metropolitana de Belo Horizonte.

A pesquisa foi publicada pelo SEBRAE – MG em 1998, tendo como referência o ano de 1997.

Os pontos que mais se destacam são:

1º - a concentração da classe sócio econômica nos níveis B e C ;

2º - o fator que determinou a abertura do negócio é a experiência anterior como empresário em 54% dos entrevistados, sendo que quase a metade (47%) das empresas que são abertas em Minas Gerais fecham em apenas dois anos;

3º - o treinamento dos funcionários geralmente é feito pelos próprios empresários de acordo com as suas necessidades é defendido por 43,4% dos entrevistados.

A pesquisa aponta, de forma bem clara e em linhas gerais, as necessidades de maior preparo, aprimoramento e qualificação da mão-de-obra para atender a este tipo de segmento da sociedade empresarial.

5.3 Modelo para implantação do curso seqüencial – formação específica

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Instituição: a definir

Nome do Curso: Gestão de Micro e Pequenas Empresas

Nível: Curso seqüencial de formação específica

Período: A definir

Número de vagas: 40

Duração do Curso: 02 anos

Carga Horária e Turno: 1600 horas/ aula e 400 dias letivos - Noturno

Certificação: Diploma Superior de Formação Específica

Responsável Técnica pela Elaboração do Projeto: Professora Iêda Lúcia

Inácio Rosa

INTRODUÇÃO

A questão do emprego tem assumido um papel predominante junto à opinião pública após a obra de Rifkin (1995:305):

“Estamos entrando numa nova era de mercados globais e de produção automatizada. A estrada para uma economia quase sem trabalhadores, está à vista. Se esta estrada leva a um porto seguro ou a um terrível abismo, dependerá de como a civilização irá preparar-se para a era pós-mercado que virá logo após a Terceira Revolução Industrial. O fim do trabalho poderia significar a sentença de morte para a civilização, como a conhecemos. O fim do emprego poderia também sinalizar uma grande transformação social, um renascimento do espírito humano. O futuro está em nossas mãos.”

Nesses termos, e considerando as necessidades de melhor qualificação da mão-de-obra que atua no segmento, apontadas pelo SEBRAE- MG (1998), o curso seqüencial de gestão de pequenas e médias empresas possibilita a vinculação com a dinâmica do crescimento da economia e a conseqüente proposição de políticas direcionadas para propiciar padrões dignos de ocupação econômica a todos aqueles em condições de integrarem o mercado de trabalho.

As “organizações com aprendizagem recíproca mínima ficam estagnadas na mera subsistência e em geral acabam perecendo. Só a aprendizagem em aumento permite o crescimento e a expansão evolutiva” (Asmann, 1999:87).

PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

Gestor de empresas é o profissional apto a administrar e gerenciar empreendimentos próprios ou de terceiros com eficácia, produtividade e competitividade. O seu mercado de trabalho são as micros e pequenas empresas, as consultorias e empresas de prestação de serviços nos vários setores da economia, que desempenham um expressivo papel na geração global de riqueza nacional.

EQUIPE TÉCNICA/ CORPO DOCENTE

A ser definida pela instituição em consonância com as normas legais.

DIRETRIZES GERAIS

A proposta de trabalho constante deste projeto adota como orientação básica o princípio normativo da busca da excelência na capacitação de pessoas no campo da Gestão de Micro e Pequenas Empresas, com ênfase na visão estratégica e na capacitação de lidar com pessoas e grupos de pessoas,

constituindo-se assim em uma efetiva contribuição ao esforço da instituição de consolidar a difusão de conceitos e estilo renovados da ação gerencial no âmbito da organização.

OBJETIVOS

O curso de gestão de micro e pequenas empresas visa atingir os seguintes objetivos:

- aprimorar os comportamentos e desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes voltados para a solução de problemas e para a busca da excelência na gestão através do contato com situações reais embasadas por consistente suporte conceitual;
- buscar o comprometimento do corpo participante com a missão, a visão, os objetivos, os resultados esperados e as metas das empresas;
- com referência na realidade organizacional, contribuir para a evolução e o desenvolvimento sustentado das Micro e Pequenas Empresas.

PÚBLICO-ALVO / PERFIL DOS ALUNOS

O curso está voltado à formação de gestores capazes de responder às contínuas mutações que o espaço organizacional exige, através de uma postura que contemple as dimensões de conhecimento, atitudes e habilidades.

Perfil dos alunos detectados na pesquisa do SEBRAE/MG (1998):

- a) Escolaridade – Os proprietários que teriam condições de freqüentarem o curso, devido principalmente a escolaridade, seria de 76 pequenos e micro empresários, ou seja, 31,1% dos entrevistados, e os 23,0% que já concluíram um curso de graduação (proposta de atualização ou troca de atividade profissional) , 40,5% não teriam condições de freqüentarem o curso por estarem em condições inferiores a exigida e 5,3% não quiseram responder a esta questão.

- b) Conhecimento de algum assunto relacionado à administração: Os empresários se encontram desatualizados, na medida em que 175 empresários ou 71,7% não participaram de nenhum tipo de treinamento ou aperfeiçoamento em sua área de atuação nos últimos dois anos. Os outros 28,30% participaram de diversos cursos nas áreas gerencial, administrativa, técnica/produtiva, vendas, qualidade, outras. Sendo que deste total, a maioria se concentra nas áreas gerencial e de vendas. A relativa desatualização dos empresários torna-se o principal motivo para o fechamento de grande número de empresas nos dois primeiros anos, uma

vez que a grande maioria deles utilizam o seu próprio conhecimento do ramo como principal critério para orientação dos investimentos.

- c) Faixa etária – a grande maioria dos entrevistados se situam na faixa etária que vai dos 28 a 47 anos, representando 36,9% e 32,4% respectivamente do total. Seguido por 13,1%, ou seja, 32 empresários com idade entre 48 e 57 anos, e logo após 22 (9,0%) dos entrevistados com menos de 28 anos.
- d) Sexo – Há a predominância do sexo masculino com 165 ou 67,6% contra 79 ou 32,4% do sexo feminino.
- e) Condição sócio-econômica – A maior concentração de classe social se encontra na classe B com 93 participantes ou 38,1% do total, seguida da classe C com 77 participantes ou 31,6% e finalmente a classe A com 63 ou 25,8% do total de 244 entrevistas.
- f) Necessidade detectadas para a ampliação dos negócios: - Financiamentos para diversos fins (capital de giro, aquisição de máquinas, simplificação e redução das cargas tributárias), de capacitação empresarial, conhecimentos para se contratar financiamentos, e capacitação dos empregados em diversas áreas.

ESTRUTURA DO CURSO

O curso seqüencial, que tem como base a formação específica de uma habilidade para atender a exigência do mercado de trabalho – Gestão de Micro e Pequenas Empresas – as disciplinas do curso devem ser as que dizem respeito às deficiências apontadas pela pesquisa realizada pelo SEBRAE/MG (1998).

Dentre os pontos mais ressaltados, que necessitariam de maiores conhecimentos encontram-se os setores de atendimento a clientes, vendas, processos relativos à produção, processos da qualidade, informática, gestão administrativa, financeira e gerencial.

Um currículo com o objetivo de instrumentalizar e ao mesmo tempo oferecer uma perspectiva administrativa e gerencial, para as micro e pequenas empresas, deve conter disciplinas básicas, de fundamentação teórica e disciplinas específicas. A relação abaixo apresenta o detalhamento completo das disciplinas e sua duração.

O curso é oferecido em módulos e composto de quatro períodos letivos, cada um deles com 360 horas aula contemplando, posteriormente o estágio curricular supervisionado.

1º módulo	Disciplinas	Carga horária
Organização e sensibilização para mudança	Ética e comportamento Empresarial	60
	Legislação Social	60
	Estrutura Organizacional e Sistemas Administrativos	60
	Metodologia Científica	60
	Comunicação e Expressão	60
	Psicologia Organizacional	60
	TOTAL DE HORAS	360

2º módulo	Disciplinas	Carga horária
Instrumentos da Gestão	Administração Mercadológica	60
	Matemática Financeira	60
	Sistema de Informação Gerencial	60
	Legislação Trabalhista	60
	Remuneração e Novos Paradigmas	60
	Fluxo de Caixa	60
	TOTAL DE HORAS	360

3º módulo	Disciplinas	Carga horária
Gestão e		
Competitivida	Gestão de Compras e Estoque	60
-de	Seleção e Desenvolvimento dos Recursos Humanos	60
	Programação e Controle da Produção	60
	Movimentação Física e <i>Lay-out</i>	60
	Comportamento do Consumidor e Pesquisa de Mercado	60
	Sistema de Custos e Formação de Preços	60
	TOTAL DE HORAS	360

4º módulo	Disciplinas	Carga horária
Qualidade na		
Gestão	Planejamento e Controle Financeiro	60
	Produtividade da mão-de-obra	60
	Gerenciamento do Produto	60
	Diagnóstico Financeiro	60
	Marketing de Serviços	60
	Gestão da Qualidade Empresarial	60
	TOTAL DE HORAS	360

Todos os conteúdos anteriores buscam fornecer uma visão geral do funcionamento das micro e pequenas empresas no que diz respeito a autonomia financeira, as estratégias comerciais em relação ao produto e/ou serviços e ao mercado ao qual atua e finalmente o amadurecimento administrativo, ou seja, criar alternativas internas de desenvolvimento comercial e humano.

CERTIFICAÇÃO

Será fornecido o **Diploma Superior de Formação Específica em Gestão de Micro e Pequenas Empresas** aos participantes que tiverem no mínimo a frequência de 75% e atingirem 60% de aproveitamento nas avaliações e no estágio curricular supervisionado.

AVALIAÇÃO

O resultado das informações avaliativas facilita retificações e redirecionamento dos conteúdos pedagógicos, uma vez que o curso se propõe a dar respostas às necessidades e demandas da sociedade.

Portanto a avaliação deve atender: a capacidade de interação e integração da instituição com as necessidades do desenvolvimento local e regional; ao desempenho profissional de egressos em face do recrutamento,

condições do mercado de trabalho, capacidade de adaptação no emprego e a ascensão na carreira.

Nesse sentido, deve-se contar com a avaliação, que se torne um instrumento valioso no (re)arranjo, na (re)definição de paradigmas, concepções e ações que dão continuidade ao processo, sempre em construção.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Conciliar o acelerado e contínuo processo de mudanças da economia mundial, com as demandas dos diferentes segmentos da sociedade quanto às suas necessidades de terem ocupações econômicas compatíveis com sua qualificação técnico – profissional, tem sido uma das questões mais relevante neste final de século.

As relações de emprego estão mudando e o mundo do trabalho também. Não se tem mais uma única profissão, tem-se habilidades e competências que devem estar compatibilizadas com o mercado de trabalho, manter-se competitivo em um mercado em constante mutação. As pessoas devem, inclusive, preparar-se para diferentes carreiras e diferentes trabalhos.

O Ensino Superior é tema estudado como prioritário e estratégico, tanto no Brasil quanto no exterior, onde o futuro das nações, o seu desenvolvimento requer, cada vez mais, a ampliação dos níveis de escolaridade da população.

No Reino Unido, os cursos superiores são divididos em módulos, flexibilizados, para atender as necessidades dos estudantes. Isto significa que, mesmo que o estudante não termine um curso de graduação completo, ele poderá sair da universidade com algum tipo de certificado que lhe garantirá algum lugar no mercado de trabalho. Por outro lado, se o estudante não tiver um diploma de graduação, ou melhor, não tiver adquirido os conhecimentos necessários no curso freqüentado, dificilmente ele poderá seguir seus estudos nos níveis de pós graduação.

Na França, os cursos superiores de curta duração preparam seus alunos para várias especialidades nos setores de atividades secundárias e terciárias. Os cursos de curta duração facilitam o acesso à formação e diminui as diferenças sociais, segundo dados governamentais, pois os possuidores de certificados de DUT, BTS, STS, ou outro, são muito bem vindos no mercado de trabalho. E, como na França, o diploma superior permanece como símbolo forte, preserva valor importante para se evoluir profissionalmente, muitos estudantes continuam seus estudos superiores após a conclusão do curso de curta duração.

Na Alemanha, já se pensa em fazer uma reforma do ensino superior, sobretudo para encurtar a duração do ensino superior (em média 06 anos e meio), tendo em vista os parâmetros internacionais (em média 04 anos) e ser uma desvantagem dentro do mercado europeu unificado. As Escolas Superiores Especializadas já absorvem quase 1/3 dos estudantes de nível

superior devido a sua rápida preparação para o mercado de trabalho. E, para quase todas as áreas de estudos, há planos curriculares flexíveis e adaptáveis às necessidades individuais.

Os “*Community Colleges*”, nos Estados Unidos, foram os que inspiraram a criação dos cursos seqüenciais no Brasil, cuja função é atender a população em geral, que busca uma profissão ou um aperfeiçoamento de habilidades específicas. É um curso amplamente divulgado e aceito por todos – estudantes, acadêmicos, mercado de trabalho (público ou privado) – que inclusive fornece a passagem do nível secundário para o nível universitário de maneira mais suave e com menos evasão escolar no futuro. Nos Estados Unidos as diferentes concepções do ensino superior convivem muito bem, independente de seus objetivos institucionais, ou seja, as universidades de pesquisa que se dedicam a fazer pesquisa e, portanto, possuem mestrados e doutorados, com altos investimentos em laboratórios, corpo docente e bibliotecas; as universidades de ensino que fazem apenas o ensino de graduação e os “*colleges*” ou pós secundários profissionalizantes.

A LDB- Lei de Diretrizes e Base - n.º 9394/96, vem proporcionar a flexibilidade necessária para se promover os reajustes necessários nos anseios dos estudantes de nível secundários ao eliminar a obrigatoriedade do currículo mínimo e criar os cursos seqüenciais. Conforme demonstrado anteriormente, 40% dos estudantes do segundo grau não pretendem prosseguir os estudos no

terceiro grau, mas, ao mesmo tempo, querem melhorar sua formação com vistas ao ingresso no mercado de trabalho.

E, pode-se afirmar que os cursos seqüenciais vieram para amenizar a pressão por vagas no ensino superior ao promover:

- a- o aumento de oferta de vagas em cursos, turmas e turnos que se encontram com capacidade ociosa, devido à grande evasão- 42% na média nacional (Neves apud Velloso e Albuquerque, 1999:151);
- b- a plena adequação entre áreas de atuação profissional e os currículos ou disciplinas com elas relacionadas;
- c- a possibilidade de aproveitamento do diploma ou certificado obtido para a continuação dos estudos no ensino superior;
- d- a experimentação e a criação de novos campos do saber;
- e- o aproveitamento dos conhecimentos já adquiridos em cursos que não foram integralizados por permitir a obtenção do certificado de curso superior de complementação de estudos.

O Brasil, por suas dimensões territoriais, demográficas e econômicas, tem um sistema de ensino superior subdimensionado em relação ao acesso e a diversificação curricular (Niskier, 1999).

Esse panorama se expressa de duas formas na comunidade universitária: de um lado, aqueles que têm a sensação de que deve haver um esforço pela democratização do acesso, pela inserção e engajamento da universidade na resolução dos problemas que assolam o país e a sociedade; de outro, aqueles que acreditam não ser pertinente desviar a atenção acadêmica para a resolução de problemas sociais ou de mercado que seriam, em última análise, de responsabilidade dos órgãos governamentais específicos para esse fim e que, esse engajamento poderia distorcer a missão maior da universidade na formação acadêmica (ainda que engajada e cidadã) de seus estudantes.

Sem dúvida, a extensão e a pesquisa contribuem para a base de um país, mas as experiências dos outros países, que já adotam outras formas de acesso ao ensino superior, devem ser levadas a sério e isto não quer dizer uma acomodação do sistema educacional brasileiro. Para tanto, deve estar claro os objetivos nacionais da educação superior, os objetivos gerais das instituições de ensino e por último, os objetivos acadêmicos dos cursos.

As escolas de ensino superior não podem desconhecer as mudanças ocorridas com a globalização e devem reafirmar sua opção pelo modelo

includente, para o qual o desenvolvimento deve ser igualitário, centrado no princípio da cidadania como patrimônio nacional e universal, de modo que todos possam partilhar dos avanços alcançados pela lei.

Quanto ao acesso ao ensino superior, é necessário sair, conforme previsto na LDB com a criação dos cursos seqüenciais, da forma única e tradicional utilizada até hoje – o vestibular. Através dos cursos seqüenciais, o acesso ao ensino superior permite a ampliação das fronteiras educacionais e a flexibilização das normas para o ingresso tanto daqueles que não querem seguir uma graduação tradicional, quanto daqueles que querem obter novos diplomas ou reingressar em novos conhecimentos.

Através da diversificação curricular é permitida a criação de novos cursos para cobrir as lacunas deixadas pelos cursos de formação tradicional e, atender a segmentos e exigências específicos dos novos mercados de trabalho. Desta maneira é possível atrair segmentos da clientela em potencial que hoje não encontram motivação e condição para iniciar ou reiniciar os estudos no nível superior.

A inovação tecnológica tem resultado numa maior expansão da produtividade de trabalho, e o sistema educacional brasileiro tem que permitir a liberação do homem para usufruir da flexibilização do crescimento econômico e social do mundo atual. O papel das escolas superiores relacionado à formação profissional deve abranger as habilidades e aptidões tanto no âmbito do

conhecimento técnico, que devido as inovações tecnológicas se dissemina rapidamente, como no âmbito da formação global, científica e tecnológica vinculadas aos processos de pesquisa e extensão.

A partir da análise crítica do momento atual, deve-se efetivar as ações, refletir sobre elas, avaliando-as e incorporando-as aos novos desafios, promovendo, desta maneira, a mudança de paradigma como superação da situação atual.

É bem verdade que o assunto não se esgota aqui. Muito ainda tem que se estudar, pesquisar e avaliar o sistema educacional brasileiro, bem como o estudo de outras formas de educação, mas o fato de se levantar a polêmica já se nota o quanto o país amadureceu e cresceu em termos de educação e cidadania.

Um grande desafio, neste momento, continua sendo o de aprofundar as discussões e de tornar claro à comunidade universitária, que o desenvolvimento de habilidades passa pelo conhecimento explícito (através das disciplinas e outras atividades curriculares formais), mas não se restringe a ele. Deve levar em conta a necessidade de desenvolver a competência de trabalhar a parte tácita deste conhecimento, para que a mesma possa emergir no explícito, num processo constante de construção e aprimoramento formativo de verdadeiros cidadãos, capazes de responder aos constantes desafios impostos pela sociedade.

Outro grande desafio advém da recente regulamentação do inciso I do artigo 44 da LDB n.º 9394/96. Seu entendimento insuficiente e a falta de discussão profunda, ou mesmo uma ausência de melhor explicitação de seu conteúdo, tem promovido alguns equívocos na concepção e implantação dos cursos seqüenciais pela diversas faculdades e/ou universidades brasileiras que se dispuseram promovê-los.

Pode-se ilustrar o acima mencionado através dos cursos seqüenciais promovidos pela UNEB, a Universidade Anhembi Morumbi e a UNIVIR.

Os cursos seqüenciais oferecidos pela UNEB , tal como descritos pela UNEB *College*, cria-se uma falsa expectativa a seus concluintes que terão uma titulação de “*bacharel*”, tecnólogo ou licenciado dos cursos de graduação tradicionais. E, o certificado oferecido pela UNEB *College* – Certificado de Curso Superior Seqüencial - não dispõe da nomenclatura exigida pela legislação, deixando dúvidas quanto a modalidade a que pertence.

Entretanto observa-se que todos os cursos seqüenciais oferecidos pela Universidade Anhembi-Morumbi e pela UNIVIR seguem rigorosamente a legislação.

Os cursos da Anhembi-Morumbi têm duração de 2 (dois) anos, 400 dias letivos e 1600 horas/aula e práticas profissionais e a estrutura curricular é

modular. Permite ao aluno continuar seus estudos em cursos de graduação tradicionais ou aproveitar os módulos já cumpridos em cursos da mesma área. Os cursos seqüenciais da Universidade Anhembi-Morumbi se enquadram na modalidade de formação específica que exigem apenas a conclusão do ensino médio e, fornece uma formação bem flexível, como determina a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Já as regras da UNIVIR, para o ingresso e a formação dos cursos, são bem claras: seqüenciais de complementação de estudos, com destinação coletiva e os créditos cursados podem ser aproveitados em uma das opções dos cursos de graduação oferecidos pela própria universidade, atendendo corretamente a legislação pertinente.

Embora as diretrizes aqui apresentadas para a elaboração e implantação de um curso seqüencial, em especial a “Gestão de Micro e Pequenas Empresas”, terem sido embasadas e idealizadas tendo como referência a pesquisa divulgada pelo SEBRAE/MG, elas podem servir à discussão e como referencial para trabalhos semelhantes nesta ou em outras áreas do conhecimento.

É importante notar a escassez da literatura nacional, apontando para a necessidade de se empreender novos estudos neste sentido.

Sugere-se, ainda a replicação de pesquisa do tipo utilizado pelo SEBRAE/MG e a validação das diretrizes aqui apresentadas no segmento de micro e pequenas empresas e em outros segmentos e áreas do saber em nível regional e nacional.

É importante, também, ressaltar a necessidade de participação de outros profissionais do setor de ensino para se obter um resultado mais abrangente e interdisciplinar.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACTUEL – CIDJ - Centre d'Information et de Documentation Jeunesse.
Poursuite d'études pour les titulaires d'un B.T.S. Paris, mar/ 1988 . n.º 14361.
- _____. Diplômes universitaires de technologie. Paris, abril/ 1998. n.º 1437
- _____. Après un bac littéraire. Paris, mai/ 1998. n.º 13541.
- AVALIAÇÃO – Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES.
Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. Ano 1, n.º 2, dez. 1996.
- BAHRO, Horst, BECKER, Willi. Educação Pesquisa e Desenvolvimento – O Sistema de Ensino, Ciência e Pesquisa na República Federal da Alemanha. Tradução por: Pedro Goergen. CAPES, Brasília, 1979. Tradução de Erziehung, Wissenschaft und Forschung in der Bundesrepublik Deutschlan.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei n.º 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF.
- _____. Ministério da Educação e Cultura . Decreto-lei n.º 2202 de 17 de abril de 1997. Dispõe sobre a regulamentação das Leis de Diretrizes e Base. Brasília, DF.
- _____. Ministério da Educação e Cultura . Portaria n.º 612 de 12 de abril de 1999 dispões sobre a autorização e reconhecimento dos cursos seqüenciais de ensino superior.

_____. Ministério da Educação e Cultura . Resolução n.º 1 de 27 de janeiro de 1999 – dispões sobre os cursos seqüenciais de educação superior.

_____. Ministério da Educação e Cultura . Resolução n.º CES 670/97 de 06 de novembro de 1997 - dispões sobre os cursos seqüenciais no Ensino Superior.

_____. Ministério da Educação e Cultura . Resolução n.º CES 672/98 de 01 de outubro de 1998 - dispões sobre os cursos seqüenciais no Ensino Superior.

CADNEWS – jornal da UFMG – fev./abr. 2000

CASTRO. César Dantas de. Aprendizagem. Obtido via Internet em 23/08/99
<http://sites.mpc.com.br/cesar.dantas.de.castro/aprend01>

CASTRO, Cláudio Moura. Educação Secundária e Técnica: novas orientações. Brasília: MEC, 1995.

CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica para uso dos estudantes universitários. 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Graduação: Rumos e Perspectivas. Avaliação – Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES. Ano 3, n.º 3, vol.3. set.1998, trimestral.

Diário Oficial em 22 de dezembro de 1998: REALESE - diretor do Departamento de Política de Ensino Superior, Luiz Roberto Liza Cury

EVANS, Paul. Carreira, Sucesso e Qualidade de Vida. RAE- Revista de Administração de Empresas. FGV, n.º 3, vol. 36. Jul/ago/set-1996

GADOTTI, Moacir. Histórias Das Idéias Pedagógicas. 7º ed. São Paulo: Ática, 1999.

HANNA, Donald E. Higher Education in an Era of Digital Competition: Emerging Organizational Models. Obtido via Internet em 17/11/99.
http://www.aln.org/alnweb/journal/vol2_issue1/hanna.htm

- LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da Metodologia científica. 3. ed. rev.e ampl. São Paulo: Atlas, 1991.
- LEVY, Pierre. A cultura da Informática na Educação. Tradução do Núcleo de Educação Aberta e a Distância, UFMT, 1997. (mimeo)
- MACHADO, Lucília Regina de Souza. A educação e os desafios das novas tecnologias. IN: Tecnologias, Trabalho e Educação. Um debate multidisciplinar. Ed. Vozes, 19..
- MARKETING & NEGÓCIOS. Analisando a concorrência. V.2, n.19, p.20-23. 199..
- MARTINS, José do Prado. Administração Escolar: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MILITÃO, Maria Nadir de Sales. A Reforma do Ensino Técnico. In: Trabalho e Educação. Revista do NETE. Belo Horizonte, jul./dez, n.0, p.119-130, 1996.
- MORAN, José Manuel. Inferências dos Meios de Comunicação no nosso conhecimento. INTERCON –Rev. Bras. de Com.. São Paulo, Vol. XVII, n.º 2. p.38-49.jul/dez.1984
- NISKIER, Arnaldo. Educação à distância – A tecnologia da esperança. São Paulo: Loyola, 1999.
- PETERSON'S GUIDE TWO-YEAR COLLEGES. Princenton, New Jersey, USA, 1999
- REVISTA ÉPOCA. Universidade de Curto Prazo. Ano II, n.º 66, 23 de agosto de 1999, Editora Globo S/A, p.84-87
- REVISTA EDUCAÇÃO. Ano 25, n.º 212. Dez.1998. Ed. Segmento.
- RIFKIN, Jeremy. O Fim dos Empregos, o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

- RISTOFF, Dilvo I. Aspectos do Modelo de Educação Superior dos EEUU. Avaliação- Rede de Avaliação da Educação Superior – RAIES. Ano 3, n.º 3, vol.3, set.1998.
- RODRIGUES, Rosângela Schwarz. Modelo de Avaliação para Cursos no Ensino a Distância: estrutura, aplicação e avaliação. Tese de mestrado. Florianópolis, 1998.
- SANT'ANNA, Ilza Martins. Porque avaliar? Como Avaliar?- Critérios e Instrumentos. Rio de Janeiro: Vozes, 19..
- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Coleção Polêmicas do Nosso tempo.4º ed. São Paulo: Cortez Editora, 1984.
- SINGER, Paul. Poder, Política e Educação. Revista Brasileira de Educação, Jan-abr, n.º 1, 1996
- SOUZA, Paulo Nathanael Pereira, SILVA, Eurides Brito da. Como Entender e Aplicar a Nova LDB. São Paulo: Pioneira, 1997.
- STEVENSON, Douglas K. Vida e Instituições Americanas. Bureau de Assuntos Educacionais e Culturais USIA (Agência de Divulgação dos EUA), 1989.
- TAKASHINA, Newton Tadachi, FLORES, Mário César Xavier. Indicadores da qualidade e do desempenho: como estabelecer metas e medir resultados. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.
- TEDESCO, Juan Carlos. O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática, 1998.
- TOFFLER, Alvin. A Terceira Onda. 15º ed. São Paulo: Record, 1980. Tradução de João Távora.
- TRALDI, Lady Lina. Currículo: conceituação e implicações, metodologia de avaliação, teoria e prática, formas de organização, supervisão fundamentos, currículo universitário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

VELLOSO, João Paulo dos Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. Um Modelo para a Educação no Século XXI. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

UNEB – União Educacional de Brasília – <http://www.uneb.com.br/college/cursos.htm> acessado em 23 de setembro de 1999.

UNIVERSIDADE ANHEMBI- MORUMBI –
<http://www.anhembi.br/cursos/curta-duracao.htm> – acessado em setembro de 1999

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO –
<http://www.ufop.br/graduacao/curseq/cusseque.htm> – acessado em fevereiro de 2000

UNIVERSIDADE DE FRANCA
http://bardot.unifran.br/uninovo/ensino/OutrosCursos/Outros_cursos_2anos.htm,
acessado em 22 de fevereiro de 2000.

UNIVIR - Universidade Carioca – <http://www.carioca.br/> acessado em 23 de setembro de 1999